

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**THAYSE MARTINS RODRIGUES**

**A PROTEÇÃO DOS DEPENDENTES DO PRESO NO REGIME GERAL DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**FLORIANÓPOLIS**

**2012**

THAYSE MARTINS RODRIGUES

**A PROTEÇÃO DOS DEPENDENTES DO PRESO NO REGIME GERAL DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Direito da  
Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do  
Título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio César Villatore

Coorientadora: Prof. Esp. Mayla Regina Rathje

FLORIANÓPOLIS

2012

THAYSE MARTINS RODRIGUES

**A PROTEÇÃO DOS DEPENDENTES DO PRESO NO REGIME GERAL DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A presente monografia, intitulada “A proteção dos dependentes do preso no Regime Geral da Previdência Social”, elaborada pela acadêmica Thayse Martins Rodrigues e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo relacionados, obteve aprovação com nota \_\_\_\_ (\_\_\_\_), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no art. 9º da Portaria nº 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Resolução n. 003/95/CEPE.

Florianópolis, 12/12/2012.

---

Prof. Dr. Marco Antônio César Villatore

---

Prof. Esp. Mayla Regina Rathje

Banca Examinadora:

---

Prof. Msc. Dárlen Prietsch Medeiros

---

Prof. Msc. Joslai Silva Rutkoski

Ao meu avô Manoel Rodrigues, de quem sinto tanta falta.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo diário milagre da vida.

Aos meus pais, luzes da minha vida, pelo amor a mim dedicado desde sempre.

Aos meus queridos familiares e amigos, por darem mais cor aos meus dias.

Ao meu namorado, por me ajudar a subir mais esse degrau.

A Ana, Graziela, Mariana, Taise e Thiago, pelo apoio bibliográfico.

Ao meu orientador e minha coorientadora, por me auxiliarem tão bem.

“Não existe paz duradoura sem justiça social; e não existe  
justiça social sem seguridade social.”  
(Associação Internacional de Seguridade Social)

## RESUMO

O crescimento da população carcerária no Brasil justifica a necessidade em compreender o amparo fornecido pela Seguridade Social aos dependentes do indivíduo preso. Por intermédio deste trabalho monográfico busca-se averiguar como o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) garante proteção aos dependentes do preso. Para tanto, utiliza-se o método de pesquisa dedutivo e realiza-se análise da legislação, bem como dos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários pertinentes ao tema. A partir do exame do RGPS e dos princípios da Seguridade e da Previdência Social, explica-se a necessidade do preenchimento de requisitos para que sejam deferidos benefícios. Discorre-se acerca das prestações previdenciárias vigentes e seus beneficiários. A prisão é considerada risco social que enseja o benefício de auxílio-reclusão. Todavia, não são todas as pessoas recolhidas, em razão de conduta delitiva, que permitem a concessão da referida prestação, o que, por via lógica de consequência, indica que não são todos os dependentes que serão protegidos.

**Palavras-chave:** Seguridade Social. Dependentes do preso. Auxílio-reclusão.

## **ABSTRACT**

The growth on the carceral population in Brazil justifies the necessity to understand the support provided by the social security for the prisoner's dependents. By this monographic work is inquired how the General Regime of the Social Security (RGPS) guarantees the protection to the prisoner's dependent. For that, it is used a deductive research method and is carried out a law analysis, as well as the jurisprudential and doctrinal understandings relevant to the subject. By the examination of the RGPS and the principle of Social Security, it is explained the necessity of completing requirements to be granted benefits. Discourses about the existing pension benefits and their beneficiaries. The prison is considered a social risk that entails the Imprisonment benefit. However, are not all the recluse people, due to the criminal behavior, that allows the concession of the referred benefit, that by logical consequence indicates that not all dependents will be protected.

**Keywords:** Social Security. Prisoner's dependent. Imprisonment benefit.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>10</b>
1.1 Origem, conceito e fundamentação legal.....	10
1.2 Princípios constitucionais atinentes à seguridade social.....	12
1.3 Saúde.....	16
1.4 Assistência Social .....	18
1.5 Previdência Social.....	19
1.5.1 Origem, conceito e fundamentação legal .....	19
1.5.2 Princípios da previdência social.....	22
<b>2 REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>27</b>
2.1 Qualidade de segurado .....	27
2.1.1 Segurados obrigatórios.....	28
2.1.2 Segurado facultativo.....	31
2.1.3 Manutenção e perda da qualidade de segurado .....	32
2.2 Qualidade de dependente .....	33
2.3 Filiação, inscrição e carência .....	37
2.4 Benefícios em espécie.....	38
2.4.1 Aposentadoria por invalidez.....	39
2.4.2 Aposentadoria por idade.....	40
2.4.3 Aposentadoria por tempo de contribuição .....	41
2.4.4 Aposentadoria especial.....	42
2.4.5 Auxílio-doença.....	43
2.4.6 Auxílio-acidente .....	44
2.4.7 Salário-família .....	45
2.4.8 Salário-maternidade .....	46
2.4.9 Pensão por morte.....	47
<b>3 AUXÍLIO RECLUSÃO E PROTEÇÃO AO DEPENDENTE DO PRESO .....</b>	<b>49</b>
3.1 Fundamentação legal, conceito e fato gerador.....	49
3.2 Concessão, manutenção, suspensão e cessação .....	52
3.2.1 Concessão.....	52
3.2.2 Manutenção .....	57
3.2.3 Suspensão .....	58
3.2.4 Cessação .....	59
3.3 Quesito baixa renda como impedimento à proteção de todos os dependentes .....	59
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

O auxílio-reclusão é garantido pela Constituição Federal e regulado pela Lei dos Benefícios da Previdência Social. Ao lado da pensão por morte, é uma das únicas prestações destinadas exclusivamente aos dependentes do segurado, no primeiro caso, o preso; no segundo, o falecido.

Diante do alarmante crescimento da população carcerária no Brasil, bem como dos inúmeros mitos que envolvem a concessão do auxílio-reclusão, este trabalho monográfico objetiva responder a seguinte pergunta: O Regime Geral da Previdência Social protege os dependentes do indivíduo preso?

Por meio do método dedutivo e através de três capítulos serão apresentadas questões atinentes ao benefício em foco. Para tanto, utilizar-se-ão os diplomas legais relativos ao tema, assim como fontes doutrinárias e jurisprudenciais.

O primeiro capítulo examinará aspectos históricos, conceituais e estruturais da Seguridade Social, em especial, aqueles pertinentes a um de seus pilares, qual seja, a Previdência Social. Além disso, a fim de verificar em que se sustenta a Seguridade Social brasileira, serão estudados seus princípios.

Em seguida, no segundo capítulo será abordado o Regime Geral de Previdência Social. Consequentemente, pontos como as categorias de beneficiários, os elementos que fazem de uma pessoa segurada ou dependente; os modos de inscrição ao regime; os benefícios em espécie garantidos pela Previdência, como também seus requisitos e formalidades.

Por último, o terceiro capítulo, de forma pormenorizada, delimitará quem, em verdade, faz jus ao benefício de auxílio-reclusão. Serão analisados argumentos contra e a favor da existência da prestação em estudo e, além disso, quais são os motivos que levam à sua suspensão e cessação. Em arremate, será devidamente ponderada a necessidade e aplicação do critério de baixa renda para concessão do auxílio-reclusão.

## 1 SEGURIDADE SOCIAL

### 1.1 Origem, conceito e fundamentação legal

O nascimento da Seguridade Social remonta o final do século XVIII, quando, segundo Ibrahim (2012), abandona-se a concepção com a qual aos pobres não restava outra opção, senão permanecer na pobreza. A partir de então, a redistribuição de bens passa a ser compreendida também como papel do Estado.

Acerca da expressão *seguridade*, Martins (2012) e Ibrahim (2012) abordam a questão rememorando a gênese da palavra e destacando que há aqueles que entendem que a palavra deveria ser substituída, diante de sua origem vincular-se ao vocábulo espanhol *seguridad*, o qual significa *segurança*.

No que toca à sua conceituação, a Organização Internacional do Trabalho, por meio da Convenção 102 (OIT, 1952), ratificada pelo Brasil, define a Seguridade Social como “a proteção que a sociedade oferece aos seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra forma, derivam do desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência”.

Este caminho percorreu a Constituição da República, por isso, no art. 194 “a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988).

Através do conceito fornecido pela Magna Carta, Vieira (2006) depreende que a Seguridade objetiva o bem-estar e a justiça social, os quais se corporificam na garantia da manutenção na qualidade de vida daqueles que, por alguma contingência, dela necessitem.

Tavares (2012, p. 01) coaduna-se ao mesmo entendimento, pois entende que a seguridade “destina-se a garantir, precipuamente, o mínimo de condição social necessária a uma vida digna, atendendo ao fundamento da República contido no art. 1º, III, da CRFB/88”. Sendo assim, para os indivíduos que não possam prover as suas próprias necessidades ou as de seus dependentes, existe o amparo da Seguridade Social (MARTINS, 2012).

De acordo com Beveridge (1943 *apud* HORVATH, 2010, p. 109), a Seguridade Social é:

Apenas uma parte da luta contra os cinco gigantes do mal: a miséria física, que o interessa diretamente; a doença, que é, muitas vezes, causadora da miséria e que produz ainda muitos males; a ignorância, que nenhuma democracia pode tolerar nos seus cidadãos; a imundície, que decorre principalmente da distribuição irracional das indústrias e da população; e contra o desemprego involuntário (ociosidade), que destrói a riqueza e corrompe os homens, estejam eles bem ou mal nutridos.

E é por meio do Sistema Nacional de Seguridade Social que são organizadas as ações nas áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, as quais figuram como espécies do gênero Seguridade (BRASIL, Lei nº 8.212/91, Art. 5º). Castro e Lazzari (2012) indicam que aos Ministérios relacionados à área social incumbe a execução das políticas da matéria em estudo. Para tanto, existem Conselhos setoriais, o Conselho Nacional de Saúde (CNS); o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

O CNC “tem como missão a deliberação, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde” (BRASIL, 2012e). Enquanto que o CNPS atua acompanhando e avaliando os planos e programas atinentes, por óbvio, à previdência (BRASIL, 2012c). Ao CNAS compete coordenar a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2012f).

Não se pode olvidar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), ambos integrantes do Ministério da Previdência. De acordo com a Lei nº 11.457/07, as atribuições do INSS envolvem a concessão e manutenção de prestações previdenciárias; a emissão de certidões referentes a tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social (RGPS); a gestão dos recursos do Fundo do RGPS e o cálculo do montante das contribuições que incidem sobre a remuneração e rendimentos dos trabalhadores (BRASIL, 2007c). Quanto ao DATAPREV, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 6.125/74, são finalidades desta empresa pública “a análise de sistemas, a programação e execução de serviços de tratamento da informação e o processamento de dados através de computação eletrônica, bem como a prestação de outros serviços correlatos.” (BRASIL, 1974).

## 1.2 Princípios constitucionais atinentes à seguridade social

Essencial examinar o princípio no que toca à sua definição. Celso Antônio Bandeira de Mello assim o compreende:

(...) mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para exata compreensão e inteligência delas, exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhe a tônica que lhe dá sentido harmônico. (2011, p. 54)

Martins (2012, p. 46) o conceitua como fonte de inspiração a todas as ciências, constituindo, ao direito, fundamento para as normas jurídicas. Horvath Júnior (2010, p. 79), por sua vez, enxerga nos princípios “proposições básicas, típicas, que condicionam todas as estruturas subsequentes”. Em linhas gerais, observa-se pelos conceitos acima citados que há nos princípios a finalidade de oferecer sustentação à ciência seja ela, jurídica ou não.

Dentre os princípios basilares da Carta Magna que exalam sua essência na seguridade social, são pontuados pelos doutrinadores brasileiros os seguintes: igualdade, legalidade, direito adquirido, universalidade da cobertura e do atendimento, vedação do retrocesso social e solidariedade social.

a) Igualdade – O princípio da igualdade, segundo Canotilho (2000), possui um destinatário: o legislador, a quem restará a incumbência de criar um direito que, entendendo que a igualdade pressupõe diferenciações, se mostre igual a todos, já que “ser igual perante a lei não significa apenas aplicação igual da lei. A lei, ela própria, deve tratar por igual todos os cidadãos.” (Canotilho, 2000, p. 426).

Para Gonçalves (2009), o fato de a igualdade figurar como objeto a ser alcançado na Carta Política (art. 5º, *caput*) representa a admissão da existência de desigualdades. Convenientemente ao tema, Alexandre de Moraes (2008, p. 164) tece a seguinte lição: “o que se veda são as diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas, pois o tratamento desigual dos desiguais, na medida em que se desigualam, é necessidade tradicional do próprio conceito de Justiça”.

É através deste princípio que, consoante Vieira (2006), desautoriza-se qualquer distinção não prevista na Constituição, impedindo, portanto, a edição de dispositivos legais

que tragam diferenciações ao recolhimento de contribuições previdenciárias ou à concessão de benefícios, que não aqueles renunciados no texto constitucional.

b) Legalidade – Também do artigo 5º da CF extrai-se o princípio da legalidade, cujo inciso II assim reza: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (BRASIL, 1988), ou seja, a possibilidade da administração pública impor ou proibir qualquer ação de seu administrado, ante sua completa submissão às leis, está condicionada à existência de previsão legal para tanto. Diferente do que ocorre com os particulares, os quais podem fazer aquilo que, conforme a legislação, não está proibido (MELLO, 2011).

Dele decorre a necessidade de todas as obrigações e direitos dos segurados estarem atreladas a uma previsão legal. O rol das prestações é taxativo, bem por isso, só pode ser ampliado através de lei. Ora, é também em razão do dito princípio, que o Estado pode impor a contribuição previdenciária (VIEIRA, 2006).

c) Direito adquirido – A Constituição da República atribuiu espaço ao direito adquirido através do inciso XXXVI, do art. 5º. Tanaka (2009, p. 13) conceitua o direito adquirido como “aquele em que foram cumpridas todas as condições para seu implemento, mesmo que não haja seu exercício”. Enquanto Vieira (2006, p. 29) afirma que ele ocorre quando “já pode ser exercido ou cujo começo tenha termo pré-fixado ou condição preestabelecida que não pode ser alterada ao arbítrio de outra pessoa”. Sendo assim, em se tratando de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, por exemplo, a alegação de existência de direito adquirido só possuirá guarida na legalidade quando já implementados todos os requisitos para o estabelecimento do benefício.

Convenientemente, Horvath (2010) ainda aborda a expectativa de direito, a qual pode ser verificada quando não houver concretização do direito e incorporação ao patrimônio do indivíduo. Para o autor, exemplos de expectativa de direito são observados nas tabelas de transição das leis que alteram o regime previdenciário.

d) Universalidade da cobertura e do atendimento – Para Vieira (2006), a universalidade da cobertura refere-se às pessoas e suas necessidades, na mesma vertente, Martins (2012) assevera que este princípio diz respeito às contingências compreendidas pelo sistema.

Já a universalidade do atendimento reporta-se às prestações que são ofertadas, ou seja, à entrega das ações a quem delas necessite (CASTRO; LAZZARI, 2012).

Gonçales (2009) assevera que a universalidade representa um ideal a ser atingido, e, Tanaka (2009) acredita que dentre as espécies pertencentes à Seguridade Social, a saúde seja a mais universal, ante o atendimento independentemente de classe social, origem ou raça.

e) Vedação do retrocesso Social – Ao apresentar este princípio, Castro e Lazzari (2012) expõem que a proibição do retrocesso, visando preservar o mínimo existencial, torna impossível a redução dos direitos sociais, tanto em seu alcance, quanto em sua quantidade, ou seja, tanto às pessoas e eventos amparados, quanto à delimitação dos valores concedidos.

Canotilho (2000, p. 339) afirma que o princípio ora estudado “limita a reversibilidade dos direitos adquiridos [...] em clara violação do princípio da proteção da confiança e da segurança dos cidadãos no âmbito econômico, social e cultural, e do núcleo essencial da existência mínima inerente ao respeito pela dignidade da pessoa humana”.

Para além da limitação do legislador, o princípio gera “uma obrigação de prossecução de uma política congruente com os direitos concretos e as expectativas subjetivamente alicerçadas” (CANOTILHO, 2000, p. 339).

Não discrepa o posicionamento emanado pelo Supremo Tribunal Federal, para o qual:

O princípio da proibição do retrocesso impede, em tema de direitos fundamentais de caráter social, que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive. - A cláusula que veda o retrocesso em matéria de direitos a prestações positivas do Estado (como o direito à educação, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, v.g.) traduz, no processo de efetivação desses direitos fundamentais individuais ou coletivos, obstáculo a que os níveis de concretização de tais prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser ulteriormente reduzidos ou suprimidos pelo Estado. Doutrina. Em consequência desse princípio, o Estado, após haver reconhecido os direitos prestacionais, assume o dever não só de torná-los efetivos, mas, também, se obriga, sob pena de transgressão ao texto constitucional, a preservá-los, abstando-se de frustrar - mediante supressão total ou parcial - os direitos sociais já concretizados. (STF, Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 639337, rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, j. em 23.08.2011). (BRASIL, 2011b).

f) Solidariedade Social – Invoca-se, pois, o artigo 3º, I, da Constituição (BRASIL, 1988), o qual delimita a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil. Consoante Martins (2012), este preceito, quando aplicado à Seguridade Social, indica que a formação do fundo previdenciário advém das cotas que cada um fornece e, além disso, a contribuição vertida deve ser diretamente proporcional às condições financeiras do contribuinte. Não discrepa, pois, do posicionamento

emanado por Gonçalves (2009, p. 10) ao estudar o princípio da solidariedade: “os mais capazes contribuem com parcela maior, em favor daqueles menos capazes”.

De acordo com Martins (2012), a origem da solidariedade, ou do *solidarismo*, remonta aos períodos em que as pessoas se uniam a fim de assistir umas às outras. Para tanto, organizavam-se em grupos e, através da colaboração de cada um, respondiam por contingências sociais, tais como: a fome, a velhice e a morte.

Oportunamente, ao transcorrer dos tempos, aqueles grupos que preveniam adversidades não mais se constituíam de forma aleatória, mas em categorias profissionais e, a partir de então, dispendo-se de parte de seus salários, antevendo o período da vida em que não poderiam mais trabalhar.

Atualmente, a legislação pátria não segue o método supracitado, salvo na previdência complementar, na qual o trabalhador destina parte de seu dinheiro para utilizar-se dele quando almejar. Tanto o Regime Geral de Previdência Social, quanto os Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos (RPPS) propõem que os ativos financiem os vencimentos daqueles que, por algum motivo, estejam inativos (VIEIRA, 2006)

Em sua obra, Horvath (2010) apresenta o *pacto de gerações* ou *princípio da solidariedade entre gerações* e explica que aqueles que contribuem atualmente, em um momento futuro necessitarão de auxílio, ajuda esta que será custeada pelos contribuintes da época vigente. Nesse mesmo caminho, Tanaka (2009, p. 14) afirma que “pelo princípio da solidariedade, o sistema da Previdência Social é contributivo de repartição simples e não de capitalização”.

Por oportuno, importante tornar claro que o sistema *contributivo de repartição simples* é aquele em que, para fazerem jus aos benefícios, as pessoas vertem contribuições a um fundo utilizado em prol de quem dele necessitar. Ao passo que o sistema de capitalização, independe de solidariedade, uma vez que consiste em uma espécie de poupança individual sujeita a juros e correção monetária (MARTINS, 2012).

Frisa-se, outrossim, que o princípio em estudo manifesta-se com maior evidência no RPPS, eis que, por força do que dispõe o art. 40 da CF/88, até os inativos prestam sua contribuição para proverem o sistema previdenciário (VIEIRA, 2006).

Castro e Lazzari (2012) cotejam os argumentos contrários ao sistema vigente. Para aqueles que entendem ser responsabilidade exclusiva do trabalhador obter meios de sustento quando acometido por infortúnio, os mestres repelem tal entendimento sob o argumento de que existem outras desventuras que não a velhice, as quais retiram, precocemente, o indivíduo de sua atividade laborativa e o fazem começar a utilizar suas



poucas reservas acumuladas. Já para quem compactua da ideia de que a assistência aos trabalhadores inativos deve vir dos seus familiares e amigos, os autores afastam a presunção de que aqueles terão, continuamente, alguém que possam mantê-los. Finalizam afirmando: “se a principal finalidade da Previdência Social é a proteção à dignidade da pessoa, não é menos verdadeiro que a solidariedade social é verdadeiro princípio fundamental do Direito Previdenciário” (CASTRO; LAZZARI, 2012, p. 54).

Ibrahim (2012), sobre a ideia de cooperação e solidariedade, afirma que a ação da seguridade social deve englobar todas as demandas que se relacionem ao bem-estar do indivíduo.

Vale, ainda, transcrever a lição de Horvath (2010, p. 83): “através do princípio da solidariedade social, o Estado, utilizando-se de vários instrumentos, distribui os efeitos econômicos das contingências entre o maior número de pessoas, com o que se efetiva o dever inescusável de prestação mútua diante da adversidade”.

Vianna (2007), acerca do que se deve entender por previdência social, ensina que o que diferencia o sistema previdenciário do seguro privado é justamente a solidariedade, ora, neste tutelam-se interesses privados, enquanto naquele reúnem-se os interesses dos trabalhadores, empregadores e do Estado. Aliás, inviável seria o dito sistema, sem que houvesse a solidariedade corporificada na cotização de cada um em prol do todo (CASTRO; LAZZARI, 2012). Martins (2012) também defende a obrigatoriedade da solidariedade social, porque se possuísse caráter voluntário, impossível falar em manutenção da Previdência Social, pois ao trabalhador cuja renda fosse baixa não restaria numerário a fim de contribuir.

### **1.3 Saúde**

Consoante disposto no art. 196 da Constituição, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Assim, Martins (2012) compreende que incumbe ao Poder Público o dever de garantir a saúde de quem o exige. Todavia, salienta que a atividade estatal deve prever um sistema de três vias, quais sejam: prevenção, proteção e recuperação. Neste norte também segue Gonçalves (2009), pois, para o autor, a ação do Estado,

suplantando a exclusiva preocupação no ataque à doença, deve ater-se a impedir seu surgimento.

Oliveira (2003, p. 28-29) enumera os princípios e diretrizes pelos quais o sistema de saúde deve primar:

Acesso universal igualitário; provimento das ações e serviços por meio de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único; descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas; participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde; participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.

Extrai-se, portanto, que o acesso à saúde pública independe de preenchimento de requisitos, sejam eles etários, étnicos ou financeiros. Desse modo, garante-se a proteção à saúde de qualquer pessoa que necessitar. Para Ibrahim (2012), tal política se mostra coerente na medida em que a salubridade da sociedade está ligada à abrangência de todos, sem exceção, à rede de amparo à saúde.

A Lei nº 8.080/90 (BRASIL, 1990), em conformidade com a Constituição de 1988, disciplina, dentre outros temas, a organização e o funcionamento dos serviços oferecidos. Dela também se verifica a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual, segundo Vianna (2007, p. 29), “é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público”.

Nos termos do art. 16, da lei supracitada, atribui-se ao SUS, dentre outras, as seguintes responsabilidades: controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde; executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica; participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico (BRASIL, 1990).

Impende afirmar que nada obsta ao Estado a cumprir seu dever por meio de terceiros com os quais estabeleceu convênio ou contrato de direito público, a fim de complementar suas ações. Acrescenta-se, ainda, que o Sistema Único de Saúde possui como fonte de financiamento recursos advindos da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (TAVARES, 2012).

## 1.4 Assistência Social

Vários são os diplomas que tratam da assistência social. A começar pela Constituição da República que, em seus arts. 203 e 204, restringe a prestação do benefício ou serviço àquelas pessoas desprovidas de condições de manutenção própria (IBRAHIM, 2012). Ademais, o tema é regido por lei própria (Lei. nº 8.742/93), diploma que no seu art. 1º fornece a seguinte definição:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

O Decreto nº 3.048, no art. 3º (BRASIL, 1999), apresenta a assistência como uma política social cujo alcance, independentemente de contribuição à Seguridade Social e assiste à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à deficiência física e mental.

Fundamental exibir os objetivos e os princípios que movem a assistência social. São objetivos: “proteção social; a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos” (MARTINS, 2012, p. 487). Por sua vez, são princípios os enumerados a seguir:

supremacia do atendimento às necessidade sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica [...]; universalização dos direitos sociais [...]; respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à conveniência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; igualdade de direito no acesso ao atendimento [...]; divulgação ampla de benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão [...] (MARTINS, 2012, p. 488).

Ibrahim (2012, p. 13) compreende na prestação uma maneira encontrada pelo legislador de preencher as lacunas não ocupadas pela previdência social, configurando-se, assim, como “atividade complementar ao seguro social”. Nesse caminho, Martins (2012) afirma que esse modelo de assistência permite, além do mínimo social aos desfavorecidos, o combate às contingências sociais, não abrangidos pela previdência.

No que toca ao sistema utilizado, vê-se que a assistência social contempla serviços e benefícios, todavia, em caráter exemplificativo, cita-se o benefício de prestação continuada ou também conhecido como benefício assistencial.

Esta benesse tem amparo legal no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, dispositivo que teve sua regulamentação instituída pela Lei Orgânica da Assistência Social

(LOAS) – nº 8.742/93. Conforme o último diploma, o benefício assistencial é garantido para aquele que for portador de deficiência ou idoso e comprovar ser desprovido de meios para a sua própria manutenção e, além disso, demonstrar que sua família também não soma condições para possibilitar sua subsistência. Impende revelar que, consoante a Lei nº 10.741/03, considera-se idosa a pessoa que contar com 65 anos de idade (IBRAHIM, 2012).

Um ponto importante a ser ressaltado é o fato de que, havendo comprovação das condições exigidas, é factível a concessão do benefício a mais de um membro da família. Todavia, executa-se da seguinte forma: para os deficientes, o valor concedido a outro membro do grupo familiar é considerado para o cálculo *per capita*, enquanto que, no caso dos idosos, não (IBRAHIM, 2012).

Superada a fase de concessão, mencionam-se as situações ensejadoras de cessação do pagamento do benefício, previstas na Lei nº 8.742/93. São elas: 1) morte do beneficiário ou superação das condições que permitiram o seu estabelecimento; 2) na hipótese de revisão da benesse, ela também é passível de revogação quando não há comparecimento do beneficiário deficiente ao exame médico pericial ou, ainda, quando não for apresentada a declaração de composição do grupo e renda familiar (BRASIL, 1993).

Tavares (2012, p. 19), sobre o financiamento da Assistência Social, aponta que ele se constitui em “parcelas dos orçamentos dos entes federativos e mediante o recolhimento das contribuições previstas no art. 195 da Constituição”.

Tal qual ocorre na saúde, a iniciativa privada também pode ser requisitada para atuar na assistência social (VIANNA, 2007).

## **1.5 Previdência Social**

### **1.5.1 Origem, conceito e fundamentação legal**

A palavra previdência possui sua origem vinculada à expressão latina *pre videre*, a qual, como revela Martins (2012, p. 285), traduz o desejo em “ver com antecipação as contingências sociais e procurar compô-las”. Bem de se ver, ainda, que o vocábulo pode ter proveniência em *praevidentia*, que significa prever (VIEIRA, 2006).

É cediço na doutrina que os precursores da seguridade social são os alemães e os ingleses. Mas foi Otto Von Bismarck que deu luz ao um direito previdenciário, na medida em que elaborou um projeto de seguro operário e contribuições (GONÇALES, 2009).

No Brasil, embora a expressão previdência social tenha surgido apenas na Constituição Federal de 1946, desde a Carta Magna de 1824 já se visualizava o início da preocupação do Estado com o tema. Em 1850, o Regulamento nº 737 viria para garantir salários por até três meses àqueles empregados que viessem a se acidentar e, também, pela Constituição de 1891, a pioneira na concessão de aposentadorias, sem que houvesse quaisquer contribuições dos seus beneficiados, que, no caso, só poderiam ser funcionários públicos cuja invalidez tivesse sido percebida em serviço nacional.

Impende registrar o Decreto Legislativo nº 4.682/23, também chamado de Lei Eloy Chaves, com o qual se permitiu a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões aos empregados das empresas ferroviárias e, o que, na visão de Vieira (2006), acabou por representar a efetiva implementação e expansão do sistema de previdência social brasileira.

A Constituição de 1934 regulou a previdência a fim de amparar a velhice, a invalidez, a maternidade, os acidentes de trabalho e a morte, contudo, desde que mediante contribuição da União, do empregador e do empregado. Posteriormente, em um flagrante retrocesso, a Lei Fundamental de 1937 suprimiu todos aqueles direitos anteriormente obtidos. Todavia, seriam retomados, quando da promulgação das Cartas Políticas de 1946 e 1967 e da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60) (GONÇALES, 2009).

As décadas de 1960 e 1970 trouxeram consigo inúmeros avanços no tocante à Previdência Social. Pode-se citar a concentração da ordem previdenciária através da criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), a formação do MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social), bem como a instituição do SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), para integrar “I. a concessão e manutenção de benefícios, e prestação de serviços; II. custeio de atividades e programas; III. gestão administrativa, financeira e patrimonial” (BRASIL, 1977, Lei nº 6.439, art. 1º).

Já em 1988, a Constituição então promulgada expõe, em seu art. 194, a previdência social como espécie do gênero seguridade social, formando uma tríplice com a assistência social e a saúde (VIEIRA, 2006). Portanto, como parte de um conjunto, inviável a autonomia da previdência diante do Direito da Seguridade Social (MARTINS, 2012).

Em conformidade com a Carta Magna, entraram em vigor as Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, para regular as formas de custeio e os benefícios da Previdência Social, respectivamente. Alguns anos depois, ambas as leis foram regulamentadas pelo Decreto nº

3.048/99 referente ao custeio e os benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) (VIEIRA, 2006).

Além deste decreto, a Lei nº 9.876/99, que criou o fator previdenciário e a Emenda Constitucional (EC) nº 20, as quais deram nova forma à boa parte da previdência social, surtiram como fornecedoras de novas direções ao sistema em estudo.

Ainda, na seara da alteração constitucional, no ano de 2003, a EC 41 surgiu para modificar o limite máximo de benefícios pagos e o teto de contribuição daqueles segurados regidos pelo RGPS.

Em que pese a inexistência de um conceito de previdência elaborado pelo legislador brasileiro, uma análise doutrinária permite a sistematização de uma possível definição ao tema.

Como exemplo, Martins (2012, p. 286) enxerga na Previdência Social “um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistências ao segurado e a sua família” quando houver perdido ou reduzido sua remuneração em decorrência de certas contingências legalmente cobertas.

Tavares (2012) simplifica afirmando que a previdência social corresponde a um seguro coletivo, de natureza pública, que tem por objetivo maior resguardar seus contribuintes de alguns riscos sociais.

Vianna (2007, p. 33) também a apresenta como um “seguro social contra riscos a que estão submetidos os trabalhadores” e acrescenta que a “previdência social, além de realidade jurídica, é realidade social”, porque é através dela que o Brasil executa seu maior programa de redistribuição de renda, atingindo quase metade da população brasileira (2007, p. 33). Martinez (2003) compactua com a percepção de Tavares e de Vianna.

Já Ibrahim (2012) destoa, posto que, para ele, a previdência social não constitui simples seguro cuja natureza é contratual, porquanto a contribuição do trabalhador vise resguardar-lhe financeiramente, resta ausente um dos elementos do contrato: a vontade do segurado, de forma que este se torna filiado compulsoriamente ao regime geral e ao regime próprio.

Confirma-se que, definida como seguro ou não, a previdência social, nas palavras de Vieira (2006, p. 2), “justifica sua existência na finalidade da cobertura de determinados eventos (doença, morte, invalidez e idade avançada), bem como na proteção a determinadas situações (maternidade, reclusão e amparo à família)”, em suma, buscando organizar um sistema de amparo fundado na prestação do segurado e na contraprestação do Estado.

### 1.5.2 Princípios da previdência social

Figuram como princípios da previdência social, aqueles depreendidos do parágrafo único do art. 3º, da Lei nº 8.212, do art. 2º da Lei nº 8.213/91 e da Constituição Federal.

a) Universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição – A Lei Fundamental, em seu artigo 201 (BRASIL, 1988), estabelece que os eventos que serão contemplados pela proteção da previdência dependem de prestação do segurado, ante o caráter contributivo da previdência social. Em consonância, o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

A previdência social rege-se, precipuamente, pelo princípio da universalidade onde todos os trabalhadores devem contribuir para o custeio da Previdência. A lei manteve a contraprestação entre contribuição e benefício. A Constituição remete à lei os casos em que a contribuição repercute nos benefícios, sendo que a regra foi instituída justamente pelo artigo 18 da Lei nº 8.213/1991 (TRF4, Apelação Cível nº 2008.70.03.001583-3, Primeira Turma, Rel. Vilson Darós, D.E. 30.06.2009) (BRASIL, 2009b).

Vieira (2006) ressalta que, na previdência, este princípio é mais restrito se comparado com a seguridade social, porque com relação à saúde e à assistência social, o seu atendimento e a sua cobertura independem de contribuição, à medida que o sistema securitário preconiza atingir todas as demandas sociais. Já na previdência dependem de contribuição.

b) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais – Consoante disposto no art. 7º, IV, da CFRB, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais um salário mínimo que permita a estes preencherem suas necessidades vitais básicas e às de sua família. Nesse sentido caminhou o legislador federal ao emendar o parágrafo 2º, do art. 201, do diploma constitucional e estabelecer que “Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo” (BRASIL, 1988).

Castro e Lazzari (2012) registram que a uniformidade pode ser visualizada na possibilidade de trabalhadores urbanos e rurais receberem benefícios e serviços idênticos, não sendo lícita a criação de prestações previdenciárias diferenciadas. Já a equivalência está no fato de mesmos eventos serem cobertos pelo sistema previdenciário.

c) Cálculo dos benefícios, considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente – Por força do que dispõem os artigos 40, §17 e 201, §3º da Constituição Federal, o cálculo dos benefícios previdenciários, que tenham como parâmetro a média de salários de contribuição, deve adotar uma fórmula que corrija as bases de cálculo dos pagamentos efetuados pelo segurado (CASTRO; LAZZARI, 2012). Assim como o contribuinte efetua sua prestação, o Estado deve oferecer sua contraprestação, através de benefícios, devidamente corrigidos, posto que, se agisse de modo diferente, o ente público estaria recaindo em enriquecimento sem causa (VIEIRA, 2006).

d) Preservação do valor real dos benefícios – Muitas vezes confundido com a premissa da irredutibilidade do valor dos benefícios, este princípio garante o reajustamento das benesses a fim de assegurar-lhes o valor real, nos termos do art. 201, §4º, da Constituição. Sobre a questão, mostra-se pertinente a lição de Castro e Lazzari:

Trata-se de preceito que suplanta a noção de irredutibilidade salarial (art. 7º, VI, da Constituição) e de vencimentos e subsídios (art. 37, da mesma Carta), pois nos dois casos não há previsão de manutenção do valor real dos ganhos de trabalhadores e servidores, mas apenas nominal, enquanto no princípio supra-elencado a intenção é proteger o valor dos benefícios de eventual deterioração, resguardando-o em seu poder de compra (2012, p. 123).

e) Facultatividade da previdência complementar – Ante a existência de um teto máximo na Previdência Social, faculta-se ao segurado, através de contribuição adicional, utilizar-se da atividade de instituições de Previdência Privada a fim de manter uma espécie de seguro autônomo ao regime oficial que consistirá na sua Previdência Complementar.

Tal situação está prevista nos artigos 40, §§ 14 e 16 da Constituição Federal, em relação aos agentes públicos, e no artigo 202, no tocante ao Regime Geral de Previdência Social, do qual se depreende que Previdência Privada deve ser regulada por lei complementar (CASTRO; LAZZARI, 2012).

f) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios – A seletividade diz respeito sobre a concessão de benefícios de forma criteriosa e consciente, de forma que somente sejam agraciados aqueles que efetivamente demonstrem necessidade. Fundamental, portanto, a enumeração de requisitos ensejadores das prestações. Vianna (2007) aponta que a este preceito é intrínseca a capacidade financeira do sistema previdenciário e, por isso, os benefícios e serviços devem ser criados ou prestados observada a sua necessidade.

De outra banda, a distributividade, tendo em vista o art. 193 da Constituição Federal, exhibe o interesse do legislador em provocar a distribuição de renda e bem-estar social por meio dos benefícios concedidos, favorecendo, assim, a subsistência daqueles que não



possuem o mínimo necessário para sobreviver (CASTRO; LAZZARI, 2012; TANAKA, 2009).

Pode-se verificar a aplicabilidade dos princípios da seletividade e da distributividade no acórdão prolatado na Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU, Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal nº 200870610001025, rel. Otávio Henrique Martins Port, j. 19.10.2009) (BRASIL, 2009c), a qual julgou por bem não reconhecer a qualidade de segurada especial, em razão de ser trabalhadora rural em regime de economia familiar, tendo em vista que sua atividade não era indispensável à subsistência da família.

Justifica-se tal posicionamento sustentando que a citada indispensabilidade carece de interpretação em harmonia com a Constituição e, desse modo, deve considerar os princípios da seletividade e da distributividade e, também, o sobreprincípio da isonomia, a fim de ser desigual com aqueles que realmente merecem: os hipossuficientes.

g) Irredutibilidade do valor dos benefícios – Tal qual o princípio da intangibilidade do salário dos empregados, previsto no art. 7º, VI, da CF, e dos vencimentos dos servidores, disposto no art. 37, XV, CF, o preceito em estudo defende os beneficiários de terem seus benefícios reduzidos ou descontados, sendo possível, porém, em razão de edição de lei ou ordem judicial. Martins (2012), acerca do tema, compreende no princípio uma forma de segurança jurídica, posto que, assim ao poder aquisitivo dos benefícios não poderá recair oneração.

Por força do que dispõe o art. 114 da Lei nº 8.213/91, os beneficiários não podem ter suas prestações penhoradas, sequestradas ou arrestadas, “salvo quanto a valor devido à Previdência Social e a desconto autorizado por esta Lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial” (BRASIL, 1991b).

De acordo com o artigo subsequente da mesma lei, são permitidos descontos nos benefícios quando se referirem a:

I - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social; II - pagamento de benefício além do devido; III - Imposto de Renda retido na fonte; IV - pensão de alimentos decretada em sentença judicial; V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados; VI - pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta por cento do valor do benefício. (Incluído pela Lei nº 10.820, de 17.12.2003) (BRASIL, 1991b).

h) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite – Reza que um órgão colegiado, constituído de representantes e interessados na Seguridade Social, ficará incumbido por sua gestão administrativa, da qual fazem parte temas como: recursos, programas, planos, serviços e ações (CASTRO; LAZZARI, 2012).

O inciso VII, do parágrafo único, do art. 194 da Lei Maior determina que tal órgão será quadripartite, tendo como membros representantes: três trabalhadores em atividade, três empregadores, três aposentados e pensionistas e seis pessoas que façam as vezes do Governo Federal (TANAKA, 2009). Daí decorreria o caráter democrático da gestão, já que, como esmiúça Horvath (2010), tanto o planejamento orçamentário, quanto a aplicação dos recursos ficam sob responsabilidade efetiva dos quatro elementos colegiados.

O caráter descentralizado, também nas palavras de Horvath (2010), está no fato de haver um deslocamento da atividade administrativa, no qual o Estado transmite competências ao Instituto Nacional do Seguro Social a fim de servir aos beneficiários.

i) Equilíbrio financeiro atuarial – Castro e Lazzari (2012, p. 121) explicam que “o Poder Público deverá, na execução da política previdenciária, atentar sempre à relação entre custeio e pagamento de benefícios”. Entretanto, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região flexibiliza tal entendimento, consoante, seguintes termos:

[...] o almejado equilíbrio atuarial não significa relação imediata, direta e específica entre determinado benefício previdenciário e as contribuições que supostamente lhe deveriam servir de suporte financeiro. [...] descabida a exigência de que a própria lei que tenha criado, majorado ou estendido benefício ou serviço da seguridade social deva, concomitantemente, criar nova fonte de custeio ou majorar as existentes, ou mesmo apontar a fonte de custeio correspondente, já que inexistente qualquer determinação constitucional nesse sentido. (TRF4, Apelação Cível nº 2009.71.99.006515-3, Turma Suplementar, rel. Luís Alberto D'azevedo Aurvalle, D.E.15.03.2010). (BRASIL, 2010b).

j) Equidade na forma de participação no custeio – Conforme lição de Martins (2012), este fundamento é um desdobramento do princípio da igualdade. Afinal, a contribuição que compete às empresas é maior que aquela que cabe ao trabalhador, pois recebem mais. Da mesma forma que ao trabalhador que possuir um salário maior recairá uma alíquota maior (TANAKA, 2009). Castro e Lazzari (2012) acrescentam que o princípio da equidade na forma de participação e custeio está predisposto a proteger os hipossuficientes. De fato, pois, é através dele que é possível exigir de cada parte uma contribuição equivalente a seu poder aquisitivo.

k) Diversidade da base de financiamento – O artigo 195 da Constituição dispõe que a Seguridade Social será custeada por toda a sociedade, então, nota-se que o custeio dela, conforme tal princípio, deve ser financiado por várias fontes, restando inviável a fonte única. Com efeito, pois, o mesmo artigo indica que a pluralidade de fontes não se restringe a empresas, trabalhadores e entes públicos, posto que se extrai contribuição dos concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior (CASTRO; LAZZARI, 2012; MARTINS, 2012).

Abordando o princípio em tela, o TRF4 entendeu que “as contribuições destinadas à seguridade social são regidas pelo princípio da solidariedade contributiva, com o escopo de implementar a equidade na participação no custeio” e bem por isso, o financiamento da seguridade deve ser responsabilidade de toda a sociedade e de todas as empresas, independentemente de terem empregados ou não (TRF4, Apelação Cível nº 200372050064972, 1ª Turma, rel. Vivian Josete Pantaleão Caminha, j. 11.01.2007). (BRASIL, 2007a).

Superadas as questões conceituais e históricas, como também atinentes aos princípios da Seguridade Social, passa-se para a análise do Regime Geral de Previdência Social.

## 2 REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Entende-se por *regime*, conforme Vieira (2006), a maneira com a qual está organizado o sistema previdenciário, ou seja, é através dele que ficam estabelecidos pontos como: seus beneficiários, inscrição, carência, contribuição, benefícios, entre outros. Castro e Lazzari (2012, p. 125) compreendem o regime previdenciário como “aquele que abarca, mediante normas disciplinadoras da relação jurídica previdenciária, uma coletividade de indivíduos que têm vinculação entre si em virtude da relação de trabalho ou categoria profissional a que está submetida”.

No Brasil, não há somente um regime, o sistema previdenciário brasileiro é composto por diversos regimes. Os dois regimes básicos compulsórios são: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regimes Próprios de Previdência de Servidores Públicos e Militares. Também se observa a existência de regimes complementares – Privados e Públicos (Ibrahim, 2012). No entanto, ater-se-á ao RGPS.

### 2.1 Qualidade de segurado

Como segurado entende-se aquele que possuir vínculo com a Previdência Social (HORVATH, 2010). É a partir do vínculo que o indivíduo tem garantida sua proteção contra contingências sociais que sofrer (TANAKA, 2009).

Vieira (2006) ressalta que, essencialmente, todos os trabalhadores são segurados do RGPS, excetuando-se aqueles que estiverem ligados a regimes próprios ou trabalhando em território nacional sob a proteção de regimes de previdência do seu país de origem ou ao qual esteja vinculado.

Compulsando-se ao Decreto nº 3.048/99, pode-se estabelecer a seguinte definição:

[...] pessoa física que exerce atividade remunerada, efetiva ou eventual, de natureza urbana ou rural, com ou sem vínculo de emprego, a título precário ou não, bem como aquele que a lei define como tal, observadas, quando for o caso, as exceções previstas no texto legal, ou exerceu alguma atividade das mencionadas acima, no período imediatamente anterior ao chamado ‘período de graça’. Também é segurado aquele que se filia facultativa e espontaneamente à Previdência Social, contribuindo para o custeio das

prestações sem estar vinculado obrigatoriamente ao RGPS ou a outro regime previdenciário qualquer (CASTRO; LAZZARI, 2012, p. 167).

Extraí-se de tal definição que, de acordo com o tipo de filiação, existem duas espécies de segurados - obrigatórios e facultativos. Tema a seguir abordado.

### **2.1.1 Segurados obrigatórios**

Vinculados compulsoriamente à Previdência Social, em razão de lei, os segurados obrigatórios, para serem assim enquadrados, devem, independente da existência ou inexistência de vínculo empregatício, exercer atividade laborativa remunerada e lícita (TANAKA, 2009).

Conforme enumera o art. 11, da Lei nº 8.213/91, o segurado obrigatório classifica-se em cinco categorias: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial (BRASIL, 1991b).

i) Empregado: A Consolidação das Leis do Trabalho considera *empregado* “toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário” (BRASIL, 1943). Para a previdência social, em linhas gerais, entende-se que o empregado, seja ele urbano ou rural, para ser assim denominado, devem estar presentes os seguintes elementos: pessoalidade, habitualidade, subordinação e remuneração. Nesse sentido, Vieira (2006), Ibrahim (2012), Castro e Lazzari (2012).

Consoante disposto no artigo 11, da Lei nº 8.213/91, fazem parte desta categoria também os seguintes trabalhadores: contratados por empresa de trabalho temporário que atuem em razão de substituição de pessoal regular e permanente ou de elevada quantidade de serviços; contratados no Brasil para trabalharem em filial ou agência de empresa brasileira ou, ainda, em empresa cuja maioria do capital votante pertença a empreendimento brasileiro de capital nacional, estabelecida no exterior; brasileiro não amparado pela legislação previdenciária do país para quem presta serviço à missão diplomática ou a consulados ou a membros destas ou que trabalha no exterior para a União, em órgãos oficiais brasileiros ou nos quais o país figure como membro efetivo; servidores públicos comissionados, cujo vínculo com a União, Autarquias e Fundações Públicas federais inexista; exercentes de mandato eletivo federal, estadual ou municipal e, ainda, empregados de órgão oficial

internacional que funcione no Brasil, excetuando-se aqueles que possuam vínculo a RPPS (BRASIL, 1991b).

ii) Empregado doméstico: através da Lei nº 5.859/72, o empregado doméstico deixou de ser um segurado facultativo para se tornar obrigatório (BRASIL, 1972). Remetendo-se ao artigo 1º do supracitado diploma, a Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991b) dispôs que “aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos” terá as características necessárias para ser considerado um empregado doméstico (Martins, 2012, p. 90).

A ausência de quaisquer dos referidos requisitos faz com que não mais sejam empregados domésticos, mas apenas empregados (TAVARES, 2012). Castro, Lazzari (2012) e Martins (2012) ressaltam a amplitude do conceito de âmbito residencial, já que as atividades laborativas exercidas em ambiente externo ao da residência também são tidas como domésticas. O jardim e a casa de praia, bem como a chácara da família configuram um meio residencial, exceto se for comprovada existência de exploração de atividade econômica com finalidade lucrativa.

iii) Contribuinte individual: a Lei nº 9.876/99 trouxe a categoria de contribuinte individual, reunindo três outras já existentes, quais sejam: empresário, autônomo e equiparado a autônomo (IBRAHIM, 2012). A citada lei trouxe profundas alterações ao art. 12, da Lei nº 8.213/91, à medida que, revogou seus incisos III e IV, além de dar nova redação ao inciso V (VIANNA, 2007). O art. 9º, inciso V do Decreto nº 3.048/99 enumera os contribuintes individuais desde sua vigência, porém, as alíneas foram modificadas ou incluídas. Desse modo, com o Decreto nº 3.265/99, são contribuintes individuais:

a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo -, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; o titular de firma individual urbana ou rural; o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; o diretor não empregado e o membro de conselho de administração na sociedade anônima; todos os sócios, nas sociedades em nome coletivo e de capital e indústria; o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; o aposentado de qualquer regime previdenciário

nomeado magistrado classista temporário da Justiça do Trabalho [...] ou nomeado magistrado da Justiça Eleitoral (BRASIL, 1999).

E, posteriormente, com os Decretos nº 4.032/01, nº 4.079/02, nº 4.729/03 e nº 6.722/08, também são tidos como contribuintes individuais os seguintes profissionais:

a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área, contínua ou descontínua, superior a quatro módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a quatro módulos fiscais ou atividade pesqueira ou extrativista, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 8º e 23 deste artigo; o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho e o administrador não empregado na sociedade por cotas de responsabilidade limitada, urbana ou rural; o cooperado de cooperativa de produção que, nesta condição, presta serviço à sociedade cooperativa mediante remuneração ajustada ao trabalho executado; e o Micro Empreendedor Individual - MEI de que tratam os arts. 18-A e 18-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que opte pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais (*op. cit.*)

iv) Trabalhador avulso: o Decreto nº 3.048/99, art. 9º, inciso VI define o trabalhador avulso como “aquele que, sindicalizada ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de obra, nos termos da Lei nº 8.630/1993, ou do sindicato da categoria” (BRASIL, 1999).

Aspectos interessantes na caracterização do trabalhador avulso são: a necessidade constante daquilo que Tanaka (2009, p. 66) chama de triangulação, isto é, o fato de a intermediação do órgão gestor de mão de obra ou do sindicato de categoria apresentar-se como algo obrigatório e a curta duração dos serviços prestados (VIANNA, 2007).

v) Segurado especial: esta categoria de segurado recebe tal adjetivo, porque são recolhidas contribuições com base de cálculo diferenciada em relação aos demais trabalhadores (VIEIRA, 2006). O §8º, do art. 195 da Constituição de 1988 determina que “o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes” recolherão sobre o resultado da comercialização de sua produção, seja rural ou pesqueira (BRASIL, 1988). Enquanto os demais trabalhadores recolherão com base na remuneração por eles auferida em razão dos seus serviços prestados (VIEIRA, p. 2006).

Com o advento da edição da Lei nº 11.718/08, passou-se a admitir a contratação de mão de obra remunerada, desde que em caráter eventual, a título de mútua colaboração. E, no tocante ao citado regime de economia familiar, esclareceu-se, em seu art. 9º, que ele resta configurado quando “a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração” (BRASIL, 2008c).

### **2.1.2 Segurado facultativo**

Como visto alhures, em regra, a compulsoriedade é elemento intrínseco à previdência social, entretanto, tendo em vista o princípio da universalidade de participação no Regime Geral, instituiu-se a figura do segurado facultativo, o qual, ao contrário do segurado obrigatório, filia-se ao RGPS em razão de sua própria vontade (IBRAHIM, 2012). Convém salientar a impossibilidade de haver recolhimento de contribuição referente a competência anterior à inscrição do segurado (VIANNA, 2007).

Enquanto o §5º, art. 201 da Constituição veda ao filiado em regime próprio de previdência, participar do RGPS como segurado facultativo, o art. 11 e §2º, do Decreto nº 3.048/99 amplia a vedação a qualquer outro regime previdenciário (BRASIL, 1999).

Além destas vedações, registra-se que a idade mínima aceitável à filiação na categoria de segurado facultativo é tópico debatido doutrinariamente. Ibrahim (2012) e Martins (2012) compactuam que somente a partir dos 16 anos o indivíduo poderá filiar-se. Já Castro e Lazzari (2012) admitem, com base na Emenda Constitucional nº 20/98, que qualquer pessoa maior de 14 anos de idade tem direito à filiação facultativa ao RGPS.

O Regulamento da Previdência Social consigna, ainda, em seu art. 11, §1º, um rol exemplificativo de atividades que se enquadram na categoria dos segurados facultativos. Senão, vejamos alguns: a dona de casa, o síndico de condomínio não remunerado, o estudante, aquele que já foi segurado obrigatório da Previdência e o segurado recluso em regime fechado ou semiaberto que realiza atividades atinentes à técnica artesanal ou presta serviço à empresa ou empresas, prescindindo-se de intermediação de organização carcerária ou entidade próxima (BRASIL, 1999).



Tanto o segurado, quanto o dependente são aquilo que Horvath (2010, p. 156) denomina “sujeitos ativos das prestações previdenciárias”, em outras palavras, beneficiários da Previdência Social.

### **2.1.3 Manutenção e perda da qualidade de segurado**

O período de graça está intimamente ligado com a manutenção da qualidade de segurado, isso porque, no período, o segurado e, por consequência, seus dependentes, conservam seus direitos previdenciários (HORVATH, 2010), mesmo não contribuindo.

Assim, ainda que inexistam contribuições mensais e exercício de atividade remunerada pelo trabalhador, mantém-se a sua qualidade de segurado. Desse modo, respeitados os prazos previstos no art. 15 da Lei nº 8.213/91, não haverá perda de tal qualidade, quando da cessação do pagamento das contribuições e do afastamento do trabalho (GONÇALES, 2009), nas seguintes hipóteses:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício; II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração; III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória; IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso; V - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar; VI - até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo (BRASIL, 1991b, Lei nº 8.213, art. 15).

Por força do que dispõem os parágrafos do art. 15 do diploma normativo supracitado, faz-se algumas ressalvas. Primeiro, havendo o pagamento de “mais de 120 contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado”, ocorrerá prorrogação por até 24 meses do prazo de 12 meses garantido àqueles que se enquadrem no inciso II. Segundo, no caso de desemprego comprovado do trabalhador, poderão ser acrescidos 12 meses aos prazos estabelecidos no inciso II e aos 24 meses do caso acima (BRASIL, 1991b, Lei nº 8.213, art. 15, parágrafos 1º e 2º).

Relevante atentar para a maneira com a qual o segurado pode comprovar seu desemprego. A Lei nº 8.213/91 assenta a necessidade de registro dessa situação no órgão próprio do Ministério do Trabalho e Emprego. Enquanto que a Turma Nacional de

Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) entende não ser somente tal registro o meio hábil para corroborar o desemprego.

Seguindo o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a TNU compreendeu por bem desconsiderar a falta de registro na Carteira de Trabalho da Previdência Social e, porém, permitir a utilização de outras provas, tais como a testemunhal, a fim de evidenciar que o indivíduo não ocupou emprego, sendo, por este motivo, merecedor do acréscimo de 12 meses (TNU, Incidente de Uniformização nº 200736009050804, Rel. Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello, DOU 24/05/2011) (BRASIL, 2011a).

A perda da qualidade de segurado, nos termos do §4º, do art. 15, da Lei nº 8.213/91, ocorrerá “no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados neste artigo e seus parágrafos” (BRASIL, 1991b). Horvath (2010, p. 195), aclarando tal dispositivo, explica que “o dia dezesseis do segundo mês seguinte ao término dos prazos fixados no art. 15” será a derradeira data em que o indivíduo deixará de ser segurado, pois é o prazo que possui para o recolhimento da contribuição previdenciária.

A perda da qualidade de segurado torna extinta a relação jurídica com o INSS, o que, notadamente, faz da pessoa e de seus dependentes desprotegidos, no caso de infortúnio (MARTINS, 2012). Vieira (2006) ressalta que, para a concessão da aposentadoria especial, bem como a por tempo de contribuição, olvida-se a perda da qualidade de segurado. Porém, para aposentadoria por idade, tal perda é desconsiderada toda vez que o aposentando possuir, na data do requerimento do benefício, ao menos, a soma necessária de contribuições para efeito de carência, possuindo, assim, direito adquirido ao benefício.

## **2.2 Qualidade de dependente**

Martinez (2003) define o dependente como aquele que é subordinado ao segurado, contanto que tal sujeição tenha cunho econômico. Desnecessário ser total, porém, a subordinação deve ser ao menos parcial, o que, nas palavras de Gonçalves (2009), se configura quando o indivíduo tem sua sobrevivência, preponderantemente, atrelada à renda do segurado.

Conforme o §5º, do art. 22, da Instrução Normativa nº 20/07, do INSS (BRASIL, 2007d), a parcialidade da dependência econômica existe na situação em que passa a

“representar um auxílio substancial, permanente e necessário, cuja falta acarretaria desequilíbrio dos meios de subsistência do dependente”.

Horvath (2010) lembra a relevância da dependência jurídica para o direito previdenciário, ante as situações em que, a despeito de subordinação econômica, a pessoa será vista como dependente. Castro e Lazzari (2012) também tomam nota da existência de outros tipos de subordinação e salientam a variedade dos critérios para a fixação do quadro de dependentes, rechaçando a concepção de que a dependência, na acepção previdenciária, é aquela que decorre, exclusivamente, de aspectos financeiros. Mostrando que os vínculos familiares, nesse caso, são critérios merecedores de maior importância.

Analisando-se a Constituição Federal, percebe-se, através do seu art. 201, que ela confia proteção aos dependentes do segurado em três situações. 1) quando garante o salário-família ao dependente trabalhador de baixa renda; 2) ao prever o auxílio-reclusão ao dependente de segurado, também de baixa renda; e, 3) quando lhe assegura pensão por morte (BRASIL, 1988).

Existem três classes de dependentes, as quais não se confundem com as regras estabelecidas no Direito Civil (VIANNA, 2007). Para o Direito Previdenciário, “a existência de dependente de qualquer das classes [...] exclui do direito às prestações das classes seguintes” (BRASIL, 1991b, Lei nº 8.213, art. 16, §1º).

Entretanto, havendo dependentes da mesma classe, procede-se o rateio do benefício de modo igualitário, ou seja, divide-se o valor referente à prestação pelo número de dependentes em cotas (IBRAHIM, 2012).

Conforme o art. 16 da Lei nº 8.213/91, alterada em 2011, pela Lei nº 12.470, são dependentes do segurado as seguintes pessoas:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente (BRASIL, 1991b).

Para a primeira classe - cônjuge, companheira (o), filho menor de 21 anos ou inválido ou portador de deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente - a dependência econômica é presumida (BRASIL, 1991b, Lei nº 8.213, art. 16, §4º). Enquanto presunção absoluta que é, não admite prova em contrário e, por consequência, independente da condição socioeconômica que

possua o indivíduo, como dependente será visto (GONÇALES, 2009). Para concessão de benefícios aos dependentes de segunda e terceira classe do segurado faz-se necessária a comprovação da dependência econômica.

Considera-se cônjuge aquele que mantém sociedade conjugal com o segurado e, também, aquele que for separado ou divorciado, porém, receber pensão alimentícia do segurado. Ao cônjuge separado de fato também fica garantida a qualidade de dependente, uma vez comprovada sua dependência econômica, consoante art. 76 da Lei nº 8.213/91 (TAVARES, 2012).

Os companheiros são assim denominados por manterem união estável como entidade familiar, dispensando-se a comprovação da convivência entre o homem e a mulher por período superior a cinco anos, estanque na Constituição, em seu art. 226, §3º e na Lei nº 9.278. Para o INSS, o companheiro ou a companheira serão tratados como tais, na hipótese em que restarem configuradas a convivência pública, contínua e duradoura e o ânimo de constituir família (CASTRO; LAZZARI, 2012).

Relevante discorrer sobre dois pontos atinentes à última categoria de dependente pertencente à primeira classe e que já geraram muitas controvérsias: o concubinato e a união estável homoafetiva. Quanto à concessão de benefícios à concubina, o Supremo Tribunal Federal vem decidindo pela impossibilidade da divisão da prestação entre cônjuge e concubina do segurado, ao argumento de que a legislação previdenciária admite apenas o companheirismo, quando existente sem que os indivíduos estejam impedidos de casar (STF, Recurso Extraordinário nº 397.762-BA, rel. Min. Marco Aurélio, j. 03.06.2008) (BRASIL, 2008a).

Segundo, no que pertine ao estabelecimento de benefícios a pessoas de mesmo sexo em união estável, tem-se que a proteção delas é algo já reconhecido na esfera administrativa, portanto, desnecessário que o dependente tenha que recorrer ao Poder Judiciário para ver seu direito garantido (TAVARES, 2012).

Ainda na primeira classe, os filhos do segurado para serem considerados dependentes dele devem se enquadrar em uma das quatro hipóteses do art. 16, I, Lei nº 8.213/91. Consequentemente, é dependente o filho, seja ele biológico, adotivo e/ou havido fora do casamento, cuja idade seja inferior a 21 anos ou, independente de limite etário, caso constatada invalidez ou deficiência intelectual ou mental que gere incapacidade relativa ou absoluta, desde que anterior à maioridade (MARTINS, 2012).

Por oportuno, gize-se, que compreende-se como invalidez aquela ligada à aptidão para o trabalho, a qual necessita de perícia médica, já a deficiência citada acima remete à incapacidade para a vida civil, esta que carece de declaração judicial (TAVARES, 2012).

Ainda, não há que se falar em redução ou dilação do limite etário de 21 anos, como ocorre no direito civil. Acerca da redução, a I Jornada de Direito Civil, no art. 5º, aprovou o seguinte enunciado: “a redução do limite etário para a definição da capacidade civil aos 18 anos não altera o disposto no art. 16, I, da Lei nº 8.213/91, que regula específica situação de dependência econômica para fins previdenciários e outras situações similares de proteção, previstas em legislação especial” (BRASIL, 2002). Sobre a dilação, é cediço no TRF4 que o estudante de curso superior que goza de pensão por morte e completa 21 anos de idade não deve ter seu benefício estendido para além do limite etário estipulado na Lei nº 8.213/91. Nesse sentido está a súmula nº 74 do TRF4: “extingue-se o direito à pensão previdenciária por morte do dependente que atinge 21 anos, ainda que estudante de curso superior” (BRASIL, TRF4, SUM Nº 74, 06.00.01730-3, Terceira Seção, rel. Maria Lúcia Luz Leiria, DJ 02.02.2006). (BRASIL, 2006a).

Equiparam-se a filhos o enteado e o menor tutelado desde que o segurado assim os declare e, no último caso, com a apresentação do termo de tutela. Tal qual o cônjuge separado de fato, como aventado alhures, o equiparado a filho não goza de presunção de dependência econômica (CASTRO; LAZZARI, 2012).

Estabelecido o beneficiário e partindo do pressuposto segundo o qual a dependência é dotada de caráter intransferível e intransmissível (GONÇALES, 2009), na hipótese de um dependente de hierarquia superior vir a falecer, tal acontecimento não gerará a transferência do seu benefício para outro dependente de hierarquia inferior (IBRAHIM, 2012). Isso se deve ao fato de que a exclusão do direito dos dependentes de outras classes às prestações ocorre na ocasião do evento ensejador de benefício (CASTRO; LAZZARI, 2012).

Outro motivo que atinge o direito a receber o benefício é a perda da qualidade de dependente, a qual ocorre quando verificada alguma das hipóteses previstas no art. 77, §2º da Lei nº 8.213/91 e regulamentadas pelo Decreto nº 3.048/99, veja-se:

I - para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado; II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos; III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválidos, desde que a invalidez tenha ocorrido antes: a) de completarem vinte e um anos de idade; b) do casamento; c) do início do

exercício de emprego público efetivo; d) da constituição de estabelecimento civil ou comercial ou da existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria; ou e) da concessão de emancipação, pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; e IV - para os dependentes em geral: a) pela cessação da invalidez; ou b) pelo falecimento (BRASIL, 1999).

### **2.3 Filiação, inscrição e carência**

A filiação e a inscrição possuem conceitos distintos.

O art. 20 do Regimento da Previdência Social (BRASIL, 1999) define a filiação como “vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações”, ou seja, a filiação consiste na relação jurídica estipulada, no caso do Regime Geral, entre o INSS e as pessoas físicas que contribuem (TAVARES, 2012).

A filiação decorre do exercício de atividade remunerada (MARTINS, 2012), bem por isso os segurados obrigatórios tem sua filiação compulsória, na medida em que exercem trabalho lícito (IBRAHIM, 2012, p. 175). Os segurados facultativos, apesar de não exercerem atividade remunerada, podem dar causa à sua filiação, realizando sua inscrição recolhendo contribuição previdenciária (MARTINS, 2012).

Quanto à inscrição, esta remete ao momento pelo qual o segurado se cadastra junto ao Regime Geral, através do fornecimento de seus dados à autarquia previdenciária (TANAKA, 2009).

Consoante o Decreto nº 3.048/99, art. 18, o ato necessário para o dito cadastro depende do tipo de segurado que se apresentar junto ao INSS (BRASIL, 1999). Ibrahim (2012), estabelecendo uma regra, enuncia que, geralmente, a inscrição se dará na empresa na qual o trabalhador exerce sua atividade laborativa e, para segurados avulsos, no sindicato. Enquanto no caso dos segurados facultativos, para assim serem chamados, devem se dirigir pessoal ou virtualmente, ao Instituto Nacional de Seguridade Social.

Tanaka (2009) explica que havendo exercício de mais de uma atividade remunerada que siga as normas do RGPS, haverá, também, filiação para cada atividade. Por conseguinte, Martins (2012) constata que a filiação, comumente, precede à inscrição.

Todavia, em se tratando de segurado facultativo, os atos tem sua ordem de ocorrência invertida.

A filiação dos dependentes ocorre quando o benefício, supostamente devido, for requerido. Para tanto, é necessária a apresentação de documento identificador do dependente e do segurado e, comprobatório do vínculo entre estes últimos, além da prova da dependência econômica, quando isto for requisito exigido para concessão da prestação previdenciária (HORVATH, 2010).

Em coerência com a natureza contributiva e o princípio do equilíbrio financeiro-atuarial, para efeitos previdenciários (HORVATH, 2010), reza o art. 24 da Lei nº 8213/91 que “período de carência é o número de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências” (BRASIL, 1991b).

Portanto, a contagem da carência se inicia no primeiro dia do mês, ainda que o segurado tenha começado sua atividade laborativa posteriormente (TANAKA, 2009). Regra aplicada para os segurados empregados, os trabalhadores avulsos e os contribuintes individuais, porquanto ao segurado empregado doméstico, contribuinte individual, especial e facultativo passa-se a contar da data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso, consoante dispõe o art. 28 do Regulamento da Previdência Social (BRASIL, 1999).

## **2.4 Benefícios em espécie**

A finalidade da Previdência Social é “assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente” (BRASIL, 1991b, Lei 8.213, art. 1º). E, por este motivo, foram estabelecidos benefícios para cada espécie de risco social.

Mattia Persianni (1998, *apud* VIANNA, 2007, p. 22), sobre o que se deve entender por risco social, ensina que ele diz respeito aos “acontecimentos (...) normalmente inevitáveis que, devido à estrutura sócio-econômica determinam, para quem vive do próprio trabalho, uma situação de necessidade.” Dias e Macedo (2009) preferem denominá-lo de *contingências sociais*, termo que é empregado para definir a mesma situação, qual seja, os

eventos que geram supressão total ou parcial da capacidade de sustento daquele que trabalha ou de seus dependentes.

Nesse caminho está a definição dos benefícios. Para Tavares (2012), os benefícios são prestações pecuniárias com as quais o seu destinatário, impossibilitado de subsistir em razão de algumas eventualidades, é amparado financeiramente. Vianna (2007), em sentido convergente, afirma que a previdência social, ao oferecer benefícios, garante condições para a superação do estado de necessidade social em que se encontra o segurado e o dependente.

Ante o princípio da seletividade, existem benefícios destinados para o segurado, outros para o dependente, posto que as prestações devam amparar quem delas necessite (CASTRO; LAZZARI, 2012). Inicialmente, passa-se à análise das benesses concedidas aos segurados.

#### **2.4.1 Aposentadoria por invalidez**

O art. 42, da Lei nº 8.213/91 prevê a aposentadoria por invalidez como a decorrente da incapacidade e insuscetibilidade de reabilitação do segurado para exercer atividade laborativa. Logo, observa-se seu primeiro requisito ensejador: a incapacidade, que será constatada por meio de exame médico, realizado por perito da Previdência Social (BRASIL, 1991b).

Destaca-se que sua concessão não está atada a existência de incapacidade total. As circunstâncias sócio-econômicas, profissional e cultural do segurado somadas à incapacidade parcial também permitem o estabelecimento desta aposentadoria. Nesse sentido, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça: “em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, (...) motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez” (STJ, Agravo Regimento em Recurso Especial nº 1055886, Quinta Turma, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJE 09.11.2009) (BRASIL, 2009d).

Indevida será a prestação em se tratando de doença ou lesão pré-existente, isto é, da qual o segurado já era portador no momento da filiação ao RGPS, todavia, sendo progressão ou agravamento da dita doença ou lesão, a incapacidade poderá ensejar aposentadoria por invalidez, conforme estabelece o §2º, do art. 42 da Lei n. 8.213/91 (BRASIL, 1991b).



Extrai-se, ainda, do *caput* do artigo 42 que este benefício não possui caráter definitivo, uma vez que somente será pago à medida que o beneficiário permanecer sem condições para trabalhar (VIANNA, 2007). Gonçalves (2005) sustenta que a aposentadoria por invalidez é definitiva em termos, pois o art. 101, Lei nº 8.213/91 obriga os aposentados a submeterem-se a exames médicos periódicos, sob pena de suspensão do benefício.

O período de carência necessário para que a autarquia conceda a aposentadoria por invalidez é de doze contribuições mensais. Entretanto, segundo o mesmo diploma (BRASIL, 1991b), em seus arts. 25 e 26, II, duas são as hipóteses que isentam o indivíduo de carência, em caso de acidente de qualquer natureza ou causa ou se, após sua filiação, restar acometido por doença ou afecção grave enumerada pelos Ministérios da Saúde e Previdência Social (CASTRO; LAZZARI, 2012). Apenas para ilustrar, cita-se a hanseníase, a cegueira e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, constantes da Portaria Interministerial n. 2.998/01 (BRASIL, 2001).

Verificado o direito, a data de início para o recebimento do benefício se decorrente de auxílio-doença é o dia imediato ao da cessação deste auxílio. Contudo, se não resultar de auxílio-doença, o empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo terão seu benefício concedido a partir da data do início da incapacidade, enquanto que para os demais segurados empregados, a partir do 16º dia de afastamento do trabalho. Para os dois últimos casos, havendo requerimento após trinta dias da incapacidade, a data de início será aquela em que o benefício foi requerido (TANAKA, 2009).

#### **2.4.2 Aposentadoria por idade**

Horvath (2010, p. 240) justifica a aposentadoria por idade devido à necessidade de proteger aquele que tem sua capacidade laborativa reduzida em razão do próprio envelhecimento. Como sua própria denominação explica, o fato gerador do benefício é o preenchimento de determinado limite etário. Para homem, a aposentadoria pode ser requerida aos 65 anos; para a mulher, aos 60 anos. Sendo trabalhador rural que exerce sua atividade em regime de economia familiar (produtor rural, garimpeiro e pescador artesanal), a idade é diferenciada, conforme determina o art. 201, §7º, II, da CFRB. Reduz-se em cinco anos para ambos os sexos. Logo, para o homem, 60 anos; para a mulher, 55 anos (BRASIL, 1988).

O segurado também deve preencher o período de carência de 180 contribuições mensais, caso sua filiação tenha sido realizada após a edição da Lei nº 8.213/91, como dita o art. 25, II, do referido diploma (BRASIL, 1991b). Todavia, se a filiação remeter a período anterior, a carência obedecerá à tabela de transição constante do art. 142 da mesma lei (HORVATH, 2010).

Nos termos do art. 49 da Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social (BRASIL, 1991b), a aposentadoria por idade é devida ao segurado empregado a partir da data do desligamento do emprego, se requerida até essa data e até 90 dias depois dela. Ainda pode ser pago da data do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após o prazo de 90 dias da data do desligamento do emprego. Aos demais segurados, a data de início do benefício será a data do requerimento (TANAKA, 2009).

#### **2.4.3 Aposentadoria por tempo de contribuição**

A partir da Emenda Constitucional nº 20 de 1998, passou-se a considerar o tempo de contribuição efetiva para o regime previdenciário e não mais o tempo de serviço (CASTRO; LAZZARI, 2012). Nota-se da Lei nº 8.212, art. 21, I e II, que o segurado especial, bem como o contribuinte individual e o segurado facultativo que contribuam com alíquotas de 11% ou de 5% sobre um salário mínimo (BRASIL, 1991a) não podem ser beneficiários da aposentadoria por tempo de contribuição, a todos os demais segurados ela será concedida, preenchidos seus requisitos (TAVARES, 2012).

O fato gerador é a existência de 35 anos de contribuição para o homem e de 30 anos para a mulher, contudo, em se tratando de professor atuante na educação infantil, ensino fundamental ou médio, o tempo de contribuição sofre redução de cinco anos.

Como tempo de contribuição, Tavares (2012, p. 153) considera aquele “contado de data a data, desde o início até a data do requerimento ou do desligamento de atividade abrangida pela previdência social”, excetuando-se os lapsos temporais correspondentes à suspensão de contrato de trabalho, à interrupção de exercício e ao desligamento da atividade. Vianna (2007) acentua que, tendo em vista a omissão legislativa quanto à delimitação do que deve ser entendido como tempo de contribuição, utilizam-se os parâmetros estipulados para a extinta aposentadoria por tempo de serviço nos arts. 55 da Lei nº 8.213/91 e 60 do Decreto nº 3.048/99.

No tocante à carência e ao início da benesse, a sistemática é a mesma aplicada à aposentadoria por idade (TANAKA, 2009).

#### **2.4.4 Aposentadoria especial**

É cediça na doutrina a compreensão de que a aposentadoria especial no RGPS é uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, porém, diferencia-se desta última. De fato, pois, a peculiaridade da aposentadoria ora em estudo está na sua razão de ser, qual seja, reparar financeiramente o segurado que exerceu, por certo período, atividades consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física (CASTRO; LAZZARI, 2012).

Assim, devido será o benefício, contanto que, além do tempo de trabalho, haja exposição efetiva a agentes nocivos pelo período exigido – 15, 20 ou 25 anos, de acordo com o anexo IV do Decreto nº 3.048/99 (DESIDERI; FERREIRA, 2009), ao segurado empregado, ao trabalhador avulso e ao contribuinte individual que esteja filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, se cooperado, segundo a Instrução Normativa nº 45/2010, art. 234 (BRASIL, 2010).

De outra banda, quanto ao cooperado, Castro e Lazzari (2012) revelam que, a partir de 29 de abril de 1995, sua atividade não mais será considerada especial, se os seus serviços forem prestados eventualmente e sem relação de emprego, isso porque, impossível comprovar a exposição aos agentes nocivos.

Martins (2012, p. 359) entende que os agentes nocivos podem ser “físicos (ruídos, vibrações, calor, pressões anormais, radiações ionizantes, eletricidade, eletromagnetismo, umidade, temperatura etc.), químicos (poeiras, gases vapores, neblinas, fumos, névoas, óleo contendo hidrocarbonetos etc.), biológicos (micro-organismos etc.)”.

Horvath (2010) compactua do mesmo entendimento e atenta para a discussão acerca do uso de equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI). Para ele, a concepção da doutrina é no sentido de que, o período especial não merece consideração, após a edição da Lei nº 9.732/98, que torna obrigatória no laudo técnico de condições ambientais do trabalho informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual, restando comprovado que o EPI é eficaz e que foi adequadamente utilizado.

Consoante o enunciado da Súmula 9, emanado pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, “o uso de Equipamento de Proteção

Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado” (BRASIL, 2003b).

Importante, também, destacar a necessidade do caráter permanente do trabalho. É preciso comprovar que a exposição às condições especiais não era ocasional, tampouco intermitente. Tal comprovação depende da emissão, pela empresa ou seu preposto, do perfil profissiográfico, o qual será expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho (VIEIRA, 2006).

Por oportuno, gize-se que, por força do que disciplina o §5º do art. 57 da Lei 8.213/91, permite-se a soma do tempo de trabalho em condições especiais ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, após a respectiva conversão (BRASIL, 1991b). E que, quanto à carência e ao início do benefício, tais elementos são fixados da mesma maneira que ocorre na aposentadoria por idade.

#### **2.4.5 Auxílio-doença**

O risco social considerado é a doença e, a partir dela, visa-se proteger o segurado incapacitado para seu trabalho ou atividade habitual, quando o afastamento for por período superior a 15 dias consecutivos (VIANNA, 2007).

Para Gonçalves (2005), a incapacidade, de que trata o art. 59 da Lei nº 8.213/91, deve ser total e temporária. Já Horvath (2010) admite a possibilidade de concessão do benefício em situações nas quais a incapacidade é parcial.

O entendimento da Advocacia Geral da União é o exposto no enunciado de sua Súmula nº 25:

Será concedido auxílio-doença ao segurado considerado temporariamente incapaz para o trabalho ou sua atividade habitual, de forma total ou parcial, atendidos os demais requisitos legais, entendendo-se por incapacidade parcial aquela que permita sua reabilitação para outras atividades (BRASIL, 2008b).

Tanaka (2009) elucida que se faz necessário exame médico-pericial a fim de comprovar a incapacidade do segurado, o qual deverá possuir 12 contribuições mensais como período de carência, conforme determina o art. 25, I, Lei nº 8.213/91, para ter direito ao benefício.

Todos os segurados podem ser beneficiários do auxílio-doença, sendo devido ao empregado desde o 16º dia do afastamento ou desde a data de entrada do requerimento, se solicitado após mais de 30 dias entre o afastamento e o requerimento (Tavares, 2012). Para os demais segurados, a partir do início da incapacidade ou, transcorridos mais de 30 dias entre o afastamento e o requerimento, do dia em que a prestação previdenciária for requerida (BRASIL, 1991b, Lei nº 8.213, art. 60).

Por óbvio, recuperada a capacidade laborativa, indevido será o benefício. Por outro lado, sendo o segurado insusceptível de recuperação para sua atividade habitual e infrutífero processo de reabilitação profissional, tal situação dará ensejo à transformação do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, consoante art. 62, Lei nº 8.213/91 (MARTINS, 2012).

#### **2.4.6 Auxílio-acidente**

Ao empregado, trabalhador avulso e segurado especial fica garantido o direito à concessão de auxílio-acidente (art. 18, §1º, da Lei nº 8.213/91; art. 104 do Decreto nº 3.048/99), como forma de indenização, após acidente, seja de trabalho ou de qualquer natureza ou causa, que reduza sua capacidade laborativa (TANAKA, 2009).

Todavia, impõe-se a existência de lesão ou doença já consolidada e que seja considerado o trabalho que o segurado exercia na época do infortúnio, como reza o art. 86 da Lei nº 8.213/91 (VIANNA, 2007). Ademais, em se tratando de acidente de trabalho, Horvath (2010) expõe a necessidade de um último requisito: o nexo etiológico entre a lesão ou moléstia incapacitante com o labor exercido.

Conforme arts. 26, I e 86, §2º do diploma supracitado, a concessão do benefício em tela independe de carência e será devida no dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, o qual gozava o segurado antes da consolidação da lesão ou doença (TAVARES, 2012). Nesse sentido é o entendimento da Corte de Justiça Catarinense:

O termo inicial do benefício deve ser o dia seguinte à cessação do auxílio-doença que vinha sendo pago. Caso este não tenha sido concedido, o marco deve remeter à data em que a autarquia tomou ciência do estado mórbido do segurado, ao diagnosticar o mal incapacitante em perícia decorrente de requerimento administrativo ou, na ausência deste, da data da juntada aos autos do laudo judicial. (SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça,

Reexame Necessário nº 2009.054527-1, de Criciúma, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 29.10.2009).

Questão importante a tratar é a competência para julgar ações envolvendo o auxílio-acidente. Caberá à Justiça Estadual julgar benefícios de natureza acidentária em razão de infortúnio laboral, enquanto que os benefícios de qualquer natureza estão sujeitos ao julgamento da Justiça Federal (HORVATH, 2010).

Martins (2012) aponta que o auxílio-acidente corresponderá a 50% do salário-de-benefício do segurado, consoante a Lei nº 8.213/91, art. 86, §1º, com redação dada pela Lei nº 9.528/97, e que terá seu fim vinculado à concessão de qualquer aposentadoria ou ao falecimento do beneficiário.

#### **2.4.7 Salário-família**

O art. 7º, XII, da Constituição Federal, editado pela Emenda Constitucional nº 20/98 elenca o salário-família como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, o qual será pago ao segurado de baixa renda (BRASIL, 1988). Ressalta-se que o valor do benefício será por número de dependentes, que, nesse caso, são apenas os filhos ou equiparados, menores de 14 anos ou inválidos (TANAKA, 2009).

Não há carência, porém, além dos supracitados requisitos para concessão, o art. 67 da Lei nº 8.213/91, editado pela Lei nº 9.876/99, condicionou o pagamento do salário família a três circunstâncias, quais sejam: a apresentação de certidão de nascimento do filho ou de documentação referente ao equiparado ou ao inválido, apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado (BRASIL, 1991b). Ora, apresentada o primeiro documento, a partir do mês em que se encontrar, o benefício será devido (CASTRO; LAZZARI, 2012).

O empregado e o trabalhador avulso podem se beneficiar, desde que estejam abaixo do valor estipulado por Portaria do Ministério da Previdência Social e da Fazenda como baixa renda (TAVARES, 2012). Ademais, frisa-se que, nos termos do parágrafo único, do art. 65, da Lei nº 8.213/91, “o aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 [...] anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 [...] anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria” (BRASIL, 1991b).

O direito ao salário-família cessará por falecimento do dependente ou do segurado, pelo desemprego deste último, pela recuperação do filho ou equiparado inválido ou, ainda, quando este completar 14 anos de idade (MARTINS, 2012).

#### **2.4.8 Salário-maternidade**

No Plano de Benefícios da Previdência Social, inicialmente, garantia-se a concessão de salário-maternidade, independente de carência, apenas às seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica. As leis nº 8.861/94 e nº 9.876/99, respectivamente, passaram a permitir o benefício à segurada especial e à contribuinte individual e à facultativa, contanto que houvesse o cumprimento de 10 contribuições mensais (CASTRO; LAZZARI, 2012).

Em arremate, a Lei nº 10.421/02, que alterou a CLT e a LBPS, tornou possível o estabelecimento de salário-maternidade à mãe adotiva, bem como àquele que obtivesse guarda judicial visando adoção (GONÇALES, 2005).

A prestação previdenciária em tela pode ter seu início a partir do 28º dia anterior ao parto ou até o dia deste, e terá duração de 120 dias, em razão do que determina a Lei nº 8.213/91, no art. 71 (BRASIL, 1991b). Registra-se que, em caso de aborto não criminoso, a beneficiária não terá direito a 120 dias, mas sim, a duas semanas, por força do §5 do art. 93 do Decreto nº 3048/99 (HORVATH, 2010).

Para a trabalhadora avulsa, a empregada doméstica, a contribuinte individual e a segurada especial o salário-maternidade será pago diretamente pela Previdência Social (art. 73 da Lei nº 8.213/91), enquanto que, para a empregada, o pagamento deverá ser efetuado pela empresa, a qual compensará o valor pago por meio das “contribuições patronais incidentes sobre a folha de pagamento de salários e demais rendimentos das pessoas físicas que lhe prestarem serviços” (CASTRO; LAZZARI, 2012, p. 706).

#### 2.4.9 Pensão por morte

A Carta da República, em seu artigo 201, inciso V, prevê que a Previdência Social deferirá pensão por morte do segurado, seja homem ou mulher, para o cônjuge ou companheiro e dependentes do *de cujus* (BRASIL, 1988).

Nos termos do art. 74 da Lei nº 8.213/91, conforme modificação e inclusão dadas pela Lei nº 9.528/97, haverá pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer, a partir “I - do óbito, quando requerido até trinta dias depois deste; II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no item I; ou III – da decisão judicial, no caso de morte presumida” (IBRAHIM, 2012, p. 667).

No tocante à última hipótese, Vieira (2006) ressalta o Decreto nº 3.048/99, em seu art. 112, parágrafo único, o qual prevê a possibilidade de o segurado, presumidamente, falecido reaparecer, caso que, uma vez verificado, a pensão cessará imediatamente. Quanto aos valores já recebidos, os dependentes em nada restarão obrigados a devolver, exceto se houver má-fé. Nesse sentido caminha o entendimento jurisprudencial, é cediço que, havendo reconhecimento da boa-fé do beneficiário nas vias ordinárias, incabível a restituição dos valores indevidamente por ele percebidos. Precedentes: STJ, Embargos de divergência em Recurso Especial nº 612.101, Terceira Seção, rel. Min. Paulo Medina, DJ 12.03.2007 (BRASIL, 2007b); TRF4, Apelação Cível nº 0007018-79.2012.404.9999, Quinta Turma, rel. Vivian Josete Pantaleão Caminha, D.E. 11.10.2012 (BRASIL, 2012l).

Com fulcro na Súmula 336, editada pelo Superior Tribunal de Justiça, a mulher que comprovar necessidade econômica superveniente à renúncia aos alimentos na época da separação judicial poderá beneficiar-se da pensão por morte (VIANNA, 2007).

A propósito, acerca dos dependentes com vínculo conjugal, em regulamento algum há dispositivo determinando a cessação da pensão por morte em razão de ter o beneficiário contraído matrimônio. Porém, a Súmula 170 do Tribunal Federal de Recursos enuncia que “não se extingue a pensão previdenciária, se do novo casamento não resulta melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício” (BRASIL, 1974). Viu-se, portanto, que imperativo ater-se apenas à relação de dependência (MARTINS, 2012). Neste norte escreve Gonçalves (2005, p. 216), para quem “o exercício do casamento é protegido constitucionalmente e não pode, por raciocínio lógico, prejudicar outro direito, que é a pensão, também protegido constitucionalmente”.



Ademais, o matrimônio do filho maior inválido também não tem o condão de fazer cessar o benefício em estudo, é o que entendeu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sob o argumento de que inexistente previsão legal determinando a cessação na hipótese (TRF4, Apelação Cível nº 2004.71.00.0184753, Turma Suplementar, rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira, j. 25.10.2006) (BRASIL, 2006b).

Inovação se verifica no parágrafo 4º do artigo supracitado, incluído pela Lei nº 12.470/11, no qual se determina a redução no patamar de 30% da parte individual do beneficiário declarado absoluta ou relativamente incapaz, no âmbito judicial, em decorrência de deficiência intelectual ou mental, e que exerça atividade remunerada. Ressalvada a hipótese em que o dependente pare de trabalhar, situação em que a prestação deverá ser restabelecida de forma integral (BRASIL, 2011c).

O que motiva a cessação da pensão por morte é a extinção da cota do último pensionista. Já as cotas extinguem-se pelas seguintes causas:

I - pela morte do pensionista; (Incluído pela Lei nº 9.032, de 1995)

II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido ou com deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente; (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

III - para o pensionista inválido pela cessação da invalidez e para o pensionista com deficiência intelectual ou mental, pelo levantamento da interdição. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011) (BRASIL, 1991b, Lei nº 8.213, art. 77, §2º).

A pensão por morte não é o único benefício cuja destinação visa os dependentes. Há também o auxílio-reclusão, o qual será abordado no próximo capítulo.

### **3 AUXÍLIO RECLUSÃO E PROTEÇÃO AO DEPENDENTE DO PRESO**

No Brasil, o auxílio-reclusão remonta sua origem nos anos de 1930, nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (HORVATH, 2010). A Lei Orgânica da Previdência Social – Lei nº 3.807/60 – também previa, em seu art. 47, que “aos beneficiários do segurado, detento ou recluso, que não percebam qualquer espécie de remuneração da empresa, e que houver realizado no mínimo 12 (doze) contribuições mensais, a previdência social prestará auxílio-reclusão” (BRASIL, 1960).

#### **3.1 Fundamentação legal, conceito e fato gerador**

A Constituição da República, no art. 201, IV, considerando a prisão do segurado como risco social merecedor de cobertura pelo regime da previdência (VIANNA, 2007), garantiu o fornecimento do benefício, o qual, posteriormente, passou a ser regulado pela Lei nº 8.213/91, de onde vem o seguinte comando: “Art. 80. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão [...]” (BRASIL, 1991b).

Logo, haverá um benefício para que o dependente esteja protegido, quando da ocorrência do fato gerador – prisão -, mesmo não tendo contribuído para a Previdência Social (CASTRO; LAZZARI, 2012). Nota-se, portanto, que em momento algum o auxílio-reclusão conotou intenção em fornecer qualquer espécie de indenização ao preso. Ora, o benefício é pago para o dependente, sua motivação precípua é amparar aqueles que, com a reclusão do segurado, ficarão desprotegidos (ALVARENGA, 2009).

Hélio Gustavo Alves (2007, p. 35) expõe que o auxílio-reclusão “garante a proteção da família e dependentes, além da fundamental importância para o equilíbrio da economia do País, ou seja, proporciona aos recebedores uma qualidade de vida digna, servindo a renda mensal para sustentação às bases alimentar e educacional e à saúde”.

Tavares (2012, p. 189), em contraponto, explica que a obrigação do Estado em proteger a família do preso estaria mais bem enquadrada se fizesse parte das prestações oferecidas pela Assistência Social. Isso porque “atenderia melhor ao postulado que não permite que passe do preso a aplicação de qualquer sanção penal, mas sem criar a situação

constrangedora de o Estado, no Regime Geral de Previdência, permitir o seguro do ato injusto”.

De encontro à corrente doutrinária majoritária, Sérgio Pinto Martins prega a extinção do auxílio-reclusão, utilizando-se dos seguintes argumentos:

Eis um benefício que deveria ser extinto, pois não é possível que a pessoa fique presa e ainda a sociedade como um todo tenha de pagar um benefício à família do preso, como se este tivesse falecido. De certa forma, o preso é que deveria pagar por estar nessa condição, principalmente por roubo, furto, tráfico, estupro, homicídio etc.

Na verdade, vem a ser um benefício de contingência provocada, razão pela qual não deveria ser pago, pois o preso dá causa, com seu ato, em estar nessa condição. Logo, não deveria a Previdência Social ter de pagar tal benefício. Lembre-se que, se o acidente do trabalho é provocado pelo trabalhador, este não faz jus ao benefício. O mesmo não deveria ocorrer aqui (2012, p. 394).

Permitir que o retributivismo, inspiração da legislação penal moderna (SÁ, 1996), reflita seus efeitos sobre os dependentes é ir de encontro ao texto constitucional, em seu artigo 5º, inciso XLV, segundo o qual, “nenhuma pena passará da pessoa do condenado” (BRASIL, 1988). Sim, pois, visualizando a pena como retribuição do mal causado pelo infrator, notadamente, somente a quem cometeu a infração deve recair a punição e não aos dependentes.

Tavares (2012) elucida que à medida que a Previdência Social assegura um direito fundado em ato típico, antijurídico e culpável, a concessão de auxílio-reclusão tornar-se alvo de críticas. Afinal, o delito como “a infração da lei do Estado, promulgada para proteger a segurança dos cidadãos, resultante de um ato externo do homem positivo ou negativo, moralmente imputável e politicamente danoso” (CARRARA, 1956 *apud* JESUS, 2010, p. 192), acaba por receber maior ênfase que o real objetivo do auxílio-reclusão, servir aos dependentes.

Ademais, há que se compreender que o preso “por árdua que seja sua posição pessoal, está ao abrigo das necessidades fundamentais e vive a expensas do Estado. Seus dependentes, não. Estes se veem, de um momento para o outro, sem o arrimo que os mantinha e, não raro, sem perspectivas de subsistência.” (RUSSOMANO, 1979, p.259).

Nessa direção, Castro e Lazzari (2012) recordam que na Previdência vigora o princípio da solidariedade. Acerca do princípio, Martins (2012, p. 287) afirma que “o atual sistema de Seguridade Social aperfeiçoa, por meio da previdência social, a ideia do século passado no tocante à solidariedade das pessoas e das gerações no seio do sistema liberal”.

É preciso compreender no auxílio-reclusão, esquecendo-se o ato cometido pelo segurado, uma oportunidade de garantia do mínimo existencial dos dependentes e, além disso, de concretização da justiça social através da distribuição e redistribuição dos bens de forma justa e adequada.

Sarlet (2004, p. 130) ensina que o mínimo existencial abrange “o conjunto de prestações materiais que asseguram a cada indivíduo uma vida com dignidade, que necessariamente só poderá ser uma vida saudável, que corresponda a padrões qualitativos mínimos”. Bem por isso, ao violar-se o mínimo existencial, por corolário lógico, viola-se também a dignidade da pessoa humana. Violação esta que, imbuída de desproporcionalidade, configura-se inconstitucional (SARLET, 2004).

Aliás, esclarecedora, prática e criteriosa é sua lição doutrinária:

A noção de mínimo existencial [...] nos revela que a dignidade da pessoa humana atua como diretriz jurídico-material tanto para a definição do núcleo essencial, quanto para a definição do que constitui a garantia do mínimo existencial, que, na esteira de farta doutrina, abrange bem mais do que a garantia da mera sobrevivência física, não podendo ser restringido, portanto, à noção de um mínimo vital ou a uma noção estritamente liberal de um mínimo suficiente para assegurar o exercício das liberdades fundamentais (SARLET, 2004, p. 130).

Em convergência ao que expõe o autor supracitado, Tavares (2003 *apud* DAROS, 2005, p. 86) acrescenta que o mínimo existencial ou o mínimo social “deriva dos valores da ‘liberdade para’, da ‘igualdade de chances’ e da ‘solidariedade gerenciada’.”

Para Balera (1998), a destinação da Seguridade Social está exatamente em atender as necessidades essenciais do ser humano, protegendo-o de privações, prevenindo ou atenuando a pobreza. Mais do que isso, a Seguridade oferece tranquilidade aos indivíduos e seus familiares, pois seus usuários ficam assegurados de que “o nível e a qualidade de suas vidas não serão significativamente diminuídos, até onde for possível evitá-lo, por nenhuma circunstância econômica ou social” (BALERA, 1998, p. 19).

Todavia, ainda salienta que “não se deve pretender mais do que isso da Seguridade Social, sob pena de levar além de um limite razoável o ônus que ela representa para a sociedade” (BALERA, 1998, p. 22).

A sociedade é o limite da solidariedade social e, conforme Martinez (1995), este limite pode ser direto ou indireto. O primeiro diz respeito aos contribuintes para quem se destina a norma. Já o segundo se refere a quem contribui, mas não se beneficia, isto é, empresas e população e, por outro lado, se dirige também a quem não contribui, mas se beneficia: os dependentes e os atendidos pela Assistência Social.

Sobre os direitos sociais mínimos, em outra obra, Tavares (2003 *apud* DAROS, 2005, p. 86) explica que estes direitos “são devidos a todos os homens que se encontrem em situação de necessidade.” E complementa “a fundamentalidade dos direitos sociais mínimos existe justamente para suprir carências humanas passíveis de juridicização e merecedoras de proteção e fomento pelo estatuto básico do Estado” (TAVARES, 2003 *apud* DAROS, 2005, p. 86).

Notadamente, não se está aqui partilhando da ideia de que a previsão de direitos sociais fundamentais na Constituição e sua regulamentação em sede de diploma infraconstitucional acabam por dar origem à tão ambicionada justiça social, haja vista que “fórmulas exclusivamente jurídicas não fornecem o instrumental suficiente para sua concretização” (SARLET, 2004, p. 121).

Apenas justifica-se a conveniência de uma proteção para aqueles que, mesmo por um motivo gerado por pessoa que lhe é próxima, sofreriam, de forma reflexa, os efeitos do crime investigado ou transitado em julgado como se merecedores de punição fossem. De fato, pois a ausência de condições materiais para viver, tolhe o exercício da liberdade (DAROS, 2005). Logo, é como se os dependentes estivessem cumprindo, indiretamente, a privação da liberdade pela qual o infrator foi submetido.

### **3.2 Concessão, manutenção, suspensão e cessação**

Gonçales (2009), ao abordar a natureza jurídica do auxílio-reclusão, fixa que é de trato continuado, mensal e sucessivo, evidentemente, enquanto seus requisitos legais estiverem preenchidos.

#### **3.2.1 Concessão**

No que toca às circunstâncias atinentes ao segurado, sabe-se que estas somadas resultam em quatro:

a) Qualidade de segurado: o auxílio-reclusão pode ser concedido a qualquer categoria de segurado. Ibrahim (2012) lembra que a ausência de salário-de-contribuição na

data do recolhimento do segurado não gera óbice à concessão do auxílio, conquanto que este mantenha tal qualidade.

b) Ausência de remuneração ou gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência: Como dito alhures, o auxílio-reclusão decorre da perda do apoio econômico que o segurado preso proporcionava aos seus dependentes. Sendo assim, a concessão do benefício é devida nos casos em que o recluso não recebe remuneração da empresa, fato que, de acordo com o art. 290, da Instrução Normativa nº 118, do INSS, é comprovado através de declaração da empresa com a qual ele estiver vinculado (BRASIL, 2005).

Também, quando não goza de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço, como determina a Lei nº 8.213/91, em seu art. 80 (BRASIL, 1991b). Por oportuno, segundo Ibrahim (2012), o benefício pago ao segurado, não obstante a prisão, continuará sendo por ele percebido, salvo quando comprovada fraude cometida em desfavor da previdência social e visando a obtenção do benefício.

c) Regime fechado ou semiaberto: conforme o § 5º, do art. 116, do Decreto nº 3.048/99, incluído pelo Decreto nº 4.729/03 (BRASIL, 2003), “o auxílio-reclusão é devido, apenas, durante o período em que o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto”.

Do Código Penal (BRASIL, 1940, art. 33, §1, ‘a’) extrai-se que regime fechado é aquele cuja pena privativa de liberdade é executada em estabelecimento de segurança máxima ou média: a penitenciária (Lei nº 7.210/84, art. 87). Extrai-se, ainda, que no regime semiaberto a execução da pena é em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

De acordo com o art. 33, do Código Penal (BRASIL, 1940), as penas privativas de liberdade são a reclusão e a detenção. Damásio de Jesus (2010) atenta para as principais diferenças entre estas duas. Primeira, que a pena de reclusão terá seu cumprimento realizado em regime fechado, semiaberto ou aberto, enquanto que a de detenção deve ser cumprida somente nos dois últimos regimes, exceção se estabelece quando houver necessidade de transferência para regime fechado. Segunda, que em relação ao estabelecimento penal, ele poderá ser de segurança máxima, média ou mínima.

Por outro lado, frise-se que não caberá auxílio-reclusão ao dependente do segurado que cumprir pena em regime aberto ou que estiver em livramento condicional. Convenientemente, explica-se que o regime aberto é aquele cuja pena é vencida em casa de albergado ou estabelecimento adequado; já quanto ao livramento condicional, entende-se que este consiste em uma medida penal que põe em liberdade o preso, quando preenchidos os

requisitos do art. 83, do Código Penal, durante determinado período de tempo faltante para o término de sua pena (JESUS, 2010).

Importante tornar evidente a incompatibilidade entre o auxílio-reclusão e a prisão civil. Afinal, ante o caráter coercitivo da prisão para os descumpridores de obrigação alimentar, despropositada a concessão de benefício aos dependentes do preso, visto que tal ato administrativo viria a incentivar o não pagamento da obrigação (TAVARES, 2012).

A prisão civil, aliás, se restringe à dívida alimentar, porque, com base na interpretação do art. 5º, inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica –, o STF entendeu ser ilícita a prisão civil do depositário infiel (STF, Recurso Extraordinário nº 466343, Tribunal Pleno, rel. Min Cezar Peluzo, j. 03.12.2008). (BRASIL, 2008d).

Sobre a prisão provisória, Castro e Lazzari (2012) afirmam que os dependentes do segurado recolhido em decorrência desta medida cautelar também têm direito ao benefício, evidentemente, desde que comprovada a prisão. Contudo, importante registrar que, conforme dispõe o art. 119, do Decreto nº 3.048/99 (BRASIL, 1999), “é vedada a concessão do auxílio-reclusão após a soltura do segurado”, fato justificado pela falta do risco social que o requerimento do benefício persegue (HORVATH, 2010). Logo, tendo em vista a transitoriedade intrínseca à prisão provisória, há possibilidade de o benefício não ser concedido, ante a soltura do preso.

Àqueles segurados do RGPS maiores de 16 anos, porém, menores de 18 anos de idade, caso estes sejam internados em estabelecimento educacional ou congênere, na forma do art. 112, VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, equipara-se esta situação à condição de recolhido em prisão e, por conseguinte, permite-se a concessão de auxílio-reclusão aos dependentes do menor, se existirem. Faz-se necessário, contudo, certidão de despacho do despacho de internação e atestado do recolhimento em órgão submetido ao Juiz da Infância e da Juventude (IBRAHIM, 2012).

d) Baixa renda do segurado: Inicialmente, de acordo com o art. 13, da EC 20/98, considerava-se baixa renda aquele valor bruto mensal que fosse inferior ou igual a R\$360,00 (trezentos e sessenta reais), esse que deve sofrer correção pelos índices incidentes aos demais benefícios do Regime Geral de Previdência Social (BRASIL, 1998).

A atualização da referida soma é realizada por meio de portarias (BRASIL, 2012d):

PERÍODO	SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	PORTARIA
De 1º/6/2003 a 31/4/2004	R\$ 560,81	Portaria nº 727, de 30/5/2003
De 1º/5/2004 a 30/4/2005	R\$ 586,19	Portaria nº 479, de 7/5/2004
De 1º/5/2005 a 31/3/2006	R\$ 623,44	Portaria nº 822, de 11/5/2005
De 1º/4/2006 a 31/3/2007	R\$ 654,61	Portaria nº 119, de 18/4/2006
De 1º/4/2007 a 29/2/2008	R\$ 676,27	Portaria nº 142, de 11/4/2007
De 1º/3/2008 a 31/1/2009	R\$ 710,08	Portaria nº 77, de 11/3/2008
De 1º/2/2009 a 31/12/2009	R\$ 752,12	Portaria nº 48, de 12/2/2009
A partir de 1º/1/2010	R\$ 798,30	Portaria nº 350, de 30/12/2009
A partir de 1º/1/2010	R\$ 810,18	Portaria nº 333, de 29/6/2010
A partir de 1º/1/2011	R\$ 862,11	Portaria nº 568, de 31/12/2010
A partir de 15/7/2011	R\$ 862,60	Portaria nº 407, de 14/7/2011

A partir de 1º de janeiro de 2012, R\$ 915,05 (novecentos e quinze reais e cinco centavos) é o valor limite reajustado pela Portaria Interministerial MPS/MF nº 2 (*op. cit.*).

Foi através também de uma Portaria Interministerial que se determinou a consideração do último salário-de-contribuição do segurado que não está em atividade no mês do seu recolhimento ou em meses anteriores ao evento para fins de concessão de auxílio-reclusão (BRASIL, 2009, art. 5º, §1º). Entretanto, o STJ, no REsp. nº 760.767, de Santa Catarina, decidiu que devem ser levados em conta os critérios vigentes na data da prisão do segurado. Logo, não há que se reputar a momento outro que não ao da efetiva reclusão ou detenção (IBRAHIM, 2012).

Salienta-se que, ante o Decreto nº 3.048/99, “é devido auxílio-reclusão aos dependentes do segurado quando não houver salário-de-contribuição na data do seu efetivo recolhimento à prisão, desde que mantida a qualidade de segurado” (BRASIL, 1999, art. 116, §1º). Situação que ocorre quando o segurado está em período de graça.

No tocante à análise da renda, a Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região compreendeu que a renda a ser considerada deveria ser aquela auferida pelos dependentes do segurado, para tanto, editou a Súmula nº 5, baseando-se em decisão da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina (BRASIL, 2004).



Fato que, segundo Ibrahim (2012,p. 674), consistiu em uma tentativa engenhosa para mensurar a renda de quem viria a postular a prestação previdenciária, a despeito da interpretação literal do dispositivo legal.

Na mesma linha andou a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais no Pedido de Uniformização nº 200582015024977, de relatoria de Renato César Pessanha de Souza, julgado em 31.5.2007 (CARDOSO, 2009).

Porém, o STF, fundamentando-se na interpretação literal do art. 201, IV, da Constituição, julgou por bem considerar a renda do segurado e, dentre alguns de seus argumentos, o relator, cujo voto saiu vencedor, destacou que a utilização da renda do dependente significaria a concessão automática de auxílio-reclusão aos dependentes menores de 14 anos, haja vista a vedação ao trabalho destes, como instituiu a Constituição (STF, Recurso Extraordinário nº 587365, Tribunal Pleno, rel. Ricardo Lewandowski, j. 25.3.2009). (BRASIL, 2009a).

Útil salientar que, aos olhos do TRF4, o valor limite da renda pode se relativizado caso se verifiquem verbas de natureza extraordinária, as quais, diante da peculiaridade do caso concreto, são afastadas, permitindo-se, assim, a concessão do benefício. Nestes termos:

Possibilidade de exclusão de verbas de caráter extraordinário, a exemplo o recebimento de horas extras em valor considerável, que elevam circunstancialmente o último salário-de-contribuição do segurado, ultrapassando o limite legal e frustrando o direito dos seus dependentes injustamente, notadamente quando verificada a existência de média inferior em período imediatamente precedente. (TRF4, Apelação Cível nº 2009.72.99.001118-3, Quinta Turma, Relator Fernando Quadros da Silva, D.E. 22.02.2010). (BRASIL, 2010a).

O início do auxílio-reclusão, conforme art. 74 da Lei nº 8.213/91, se remete à data do efetivo recolhimento à prisão do segurado, a não ser que o seu pedido ocorra após 30 dias, situação em que o início do benefício será a data do requerimento (TANAKA, 2009)

Ademais, atenta-se para peculiaridade em relação ao menor, pois Castro e Lazzari (2012, p. 698) entendem que os prazos prescricionais e decadenciais não atingem o absolutamente incapaz, sob fundamento de que “é princípio geral do direito que não há como exigir de pessoa incapaz para os atos da vida civil que toma medidas tendentes à preservação de seus direitos”.

Nota Técnica CGMBEN/DIVCONS nº 112/08, nesse sentido, orienta que não corre prescrição contra os menores de 16 anos ou incapazes. Sendo assim, ainda que o requerimento tenha ocorrido passados 30 dias do recolhimento do segurado, o benefício previdenciário de auxílio-reclusão terá como termo inicial a data da prisão para os

dependentes supracitados (IBRAHIM, 2012). Não discrepa o posicionamento emanado pelos Tribunais Regionais Federais, senão vejamos: TRF3, Apelação Cível nº 00407130819994039999 (BRASIL, 2010c); TRF5, APELREEX nº 00041763520104058103 (BRASIL, 2012g).

Ainda sobre o termo inicial, Castro e Lazzari (2012) invocam entendimentos contraditórios do INSS. Para a autarquia, um filho nascido na constância da reclusão tem direito ao auxílio a contar de seu nascimento. Já a noiva ou o noivo que casa com pessoa presa não tem a mesma sorte, isso porque se considera que a dependência surgida com o casamento é superveniente ao fato gerador do benefício.

O auxílio-reclusão dispensa carência, por força da Lei nº 8.213/91, art. 25, I (BRASIL, 1991b) e, como segue as mesmas regras da pensão por morte, aplica-se a ele o art. 75, do referido diploma legal, que trata do valor da renda mensal inicial deste último benefício.

Assim, feitas as devidas ressalvas à interpretação do dispositivo, o valor mensal do auxílio-reclusão é igual a cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado teria direito se estivesse aposentado por motivo de invalidez na data da prisão (VIANNA, 2007). Castro e Lazzari (2012) entendem que não deve ser considerada apenas a data da prisão, mas sim a do deferimento do benefício.

Sendo segurado especial, o valor do benefício corresponderá ao valor do salário-mínimo e, independente da categoria que pertença o segurado, caso haja mais de uma dependente, a repartição proporcional do benefício é medida que se impõe (CASTRO; LAZZARI, 2012).

### **3.2.2 Manutenção**

Para que o benefício seja mantido, ao beneficiário cabe apresentar ao INSS, trimestralmente, documento que comprove a continuidade da situação de reclusão ou detenção do segurado, já que o auxílio-reclusão é devido enquanto estiver recluso ou detido. Forçoso que tal documento seja firmado por autoridade competente para tanto (TANAKA, 2009).

A Lei nº 10.666/03, em seu art. 2º, disciplina que se o segurado vier a exercer atividade remunerada no interregno de seu recolhimento em regime fechado ou semiaberto, a contribuição individual ou facultativa não culminará na perda do benefício (BRASIL, 2003a).

Registre-se que o exercício de atividade laborativa durante a prisão é direito do presidiário, consoante o que permite o art. 6º da Constituição e o art. 28 da Lei de Execuções Penais (BRASIL, 1988; 1984). Martinez (2011, p. 906), sobre a natureza jurídica do trabalho exercido pelo preso, evidencia que, em regra, ele será contribuinte individual do RGPS, isso porque “o trabalho destina-se ao preso e não ao contratante de seus serviços, o Estado não é empregador nem tomador dessa mão de obra atípica. Logo, o presidiário não é estatutário nem celetista e muito menos empregado da iniciativa privada”.

Ainda da Lei nº 10.666/03, extrai-se que, enquanto os dependentes perceberem o benefício de auxílio-reclusão, não haverá direito ao segurado recluso em receber auxílio-doença ou aposentadoria. No entanto, havendo desejo em optar pelo mais vantajoso, torna-se possível, quando manifestada a vontade, a troca do benefício (BRASIL, 2003a). Pertinente ao assunto, Ibrahim (2012) ressalta que, na ocasião da extinção do auxílio-doença, os dependentes voltarão a receber o auxílio-reclusão.

### **3.2.3 Suspensão**

Ocorrendo fuga do segurado, inevitável é a suspensão do auxílio-reclusão. Com efeito, a recaptura enseja seu restabelecimento desde a data do evento, contanto que no momento em que for recapturado não houver decorrido o período de graça (CASTRO; LAZZARI, 2012). De fato, pois, através do art. 117, do Decreto nº 3.048/99, depreende-se que a perda da qualidade de segurado durante a fuga torna ausente um dos requisitos que dão azo ao auxílio-reclusão (BRASIL, 1999).

Sobre a fuga, Martinez (2011) acredita que, a fim de prestigiar a política penitenciária e desestimular a evasão do preso o legislador optou por abandonar a presunção de que a prisão do segurado torna seus dependentes desamparados, como se a fuga demonstrasse o término das dificuldades para sobrevivência destes últimos.

Na hipótese de ter o fugitivo exercido atividade laborativa enquanto distante do estabelecimento prisional, a legislação previdenciária, como já vista, faz dele segurado

obrigatório, o que, conseqüentemente, completa as demais condições para recuperação do benefício (IBRAHIM, 2012).

A concessão de auxílio-doença também faz suspender o pagamento do auxílio-reclusão, bem como a abstenção do dependente em apresentar, dentro do prazo legal, o documento comprobatório da permanência do segurado na prisão. E, ainda, a saída do segurado em razão de obtenção de livramento condicional; progressão de pena que torne o regime de cumprimento aberto ou quando este deixe a prisão por albergue suspendem o benefício (CASTRO; LAZZARI, 2012).

### **3.2.4 Cessação**

A cessação do pagamento do auxílio-reclusão ocorrerá nas seguintes situações: extinção da sua última cota individual; aposentadoria ou óbito do segurado; falecimento do dependente ou perda de tal qualidade, em se tratando de irmão, filho ou equiparado a filho; cessação da invalidez do dependente que recebia o benefício por ser inválido, mediante exame médico pericial realizado pelo INSS; adoção, caso o filho adotado perceba auxílio-reclusão dos seus pais biológicos, excluindo-se a situação em que o cônjuge ou o companheiro do recluso adota o filho do outro (CASTRO; LAZZARI, 2012, p. 699).

Por força do que dispõe o art. 118, do Decreto nº 3.048/99 (BRASIL, 1999), na hipótese de falecimento do segurado detido ou recluso, deve ser automática a conversão em pensão por morte do benefício de auxílio-reclusão que estiver sendo pago.

### **3.3 Quesito baixa renda como impedimento à proteção de todos os dependentes**

Com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98 ao art. 201, inciso V, da Constituição da República, o auxílio-reclusão passou a ter mais um requisito para sua concessão, qual seja, a baixa renda do segurado (BRASIL, 1998).

Salvaguardando o direito adquirido dos beneficiários anteriores à Emenda e daqueles dependentes cujas condições para implemento do auxílio-reclusão estivessem preenchidas, a Portaria MPAS n 4.883/98, em seu art. 8º, §1º, determinou a aplicação da

legislação vigente antes de 16 de dezembro de 1998, data da publicação da EC 20/98. Desse modo, independente da renda (CASTRO; LAZZARI, 2012).

Dias e Macedo (2009, p. 324) compreendem que a inovação da EC 20/98 não foi feliz, argumentando que, à medida que o auxílio-reclusão é dotado de caráter substitutivo, o recolhimento do indivíduo “causará, sempre, um estado de necessidade das pessoas que dependiam economicamente do segurado recluso”.

Ibrahim (2012) considera a alteração inconstitucional porque dá ocasião a uma distinção sem razoabilidade, já que uma família mais humilde, porém, que possua outras fontes de renda pode ser menos afetada pela ausência da remuneração do segurado do que os dependentes de um preso cuja renda era elevada. O autor não olvida, ainda, a consequência da inércia legislativa quanto ao conceito acertado da baixa renda, qual seja, permitir que dependentes tenham seus requerimentos indeferidos por centavos.

O TRF4, a despeito da extrapolação do valor limite fixado como baixa renda, decidiu no sentido de conceder auxílio-reclusão aos dependentes do segurado cuja renda ultrapasse infimamente a quantia estipulada. Nesse caminho: TRF4, Apelação Cível nº 0019655-96.2011.404.9999 Quinta Turma, rel. Vivian Josete Pantaleão Caminha, D.E. 27.09.2012 (BRASIL, 2012k) e, o TRF3 também já compreendeu o caso concreto da mesma forma, entendendo possível a concessão da prestação previdenciária quando a remuneração supera o limite em valor irrisório (TRF3, Apelação Cível nº 00107211620104039999, Décima Turma, rel. Walter do Amaral, j. 18.09.2012) (BRASIL, 2012i).

Em que pese a intenção dos julgadores em sopesar os casos concretos, em dois acórdãos proferidos pelo TRF4 observa-se disparidade na concepção do que viria a ser um valor ínfimo. Nos acórdãos, o fato de haver extrapolado em aproximadamente cinquenta reais o valor limite gerou decisões diversas, uma para não conceder o benefício sob o fundamento de que “não preenchido o requisito concernente ao limite da renda” (TRF4, Agravo de Instrumento nº 0002094-49.2012.404.0000, Sexta Turma, Relator Celso Kipper, D.E. 28.05.2012) (BRASIL, 2012h); e outra para conceder a prestação ao argumento de que a quantia percebida pelo preso excedia ligeiramente o teto (TRF4, Apelação Cível nº 0004098-06.2010.404.9999, Quinta Turma, rel. Vivian Josete Pantaleão Caminha, D.E. 27.09.2012) (BRASIL, 2012j).

De outra banda, Armando Oliveira de Assis (1963 *apud* Horvath, 2010, p. 340) tratando das técnicas para interpretar as leis pertinentes à Seguridade Social assim leciona:

Qualquer interpretação generosa, de cunho individualista, que imponha à instituição gravames não previstos, se torna, em verdade, vantagem pessoal sustentada pela coletividade segurada.

Destarte, por muito que se comova o humano coração do interpretador ou do julgado ante um caso pessoal, terá que ser contido pela indelével lembrança de que o seguro social é uma instituição de direito público – onde o social é a palavra de ordem – e em consequência não pode e não deve, sob hipótese alguma, ser deformado por interesses privados, de pessoas ou de grupos.

Vieira (2006), ao tratar do princípio da igualdade, afirma que a utilização do critério da baixa renda para concessão de auxílio-reclusão exemplifica uma das distinções permitidas constitucionalmente, como ocorre também, na concessão de aposentadoria especial e de aposentadoria por idade.

Ocorre que a própria exposição de motivos da EC 20/98, a qual foi enviada ao Congresso Nacional e publicada no Diário do Congresso, fixa que “o pagamento de salário-família bem como do auxílio reclusão, benefícios tipicamente assistenciais, dirigidos hoje indiscriminadamente a todos os segurados, passará a obedecer a critérios de seletividade baseados na efetiva necessidade” (BRASIL, 1995, p. 4507).

Porém, “não basta *dar a cada um o que é seu* para que a sociedade seja justa. Na verdade, algumas vezes, é dando *a cada um o que não é seu* que se engrandece a condição humana e que se redime a injustiça dos grandes abismos sociais.” (RUSSOMANO, 1981 *apud* CASTRO; LAZZARI, 2012, p. 39) (grifos no original)

A Previdência Social, como parte da Seguridade Social, deve, também, atuar como meio de redistribuição da riqueza (HORVATH, 2010), pois, consoante lição de Balera (1998, p. 20), “as necessidades essenciais de cada indivíduo, a que a sociedade deve atender, tornam-se na realidade necessidades sociais, pois quando não são atendidas repercutem sobre os demais indivíduos e sobre a sociedade inteira”.

Segundo pesquisa do Ministério da Justiça, ao final do ano de 2011, a população carcerária brasileira alcançava o número de 514.582 presos, destes 203.446 em regime fechado e 71.403 em regime semiaberto. Frente a uma população de 190.732.694 pessoas, o que gera um índice de 269,79 presos a cada 100.000 habitantes (BRASIL, 2012a).

Dados da Previdência Social apontam que, em 2011, foram concedidos 21.189 benefícios de auxílio-reclusão e cessados 4.697, sendo destes: 210 por motivo de morte; 276 por fraude; 56 pela concessão de outra espécie ou transferência de benesse; 645 por cessação automática e 3.510 por outros motivos não especificados. Os benefícios ativos somam o número de 43.124 (BRASIL, 2012b).

Comparando-se as informações, em 2011, considerando que todos os presos pudessem dar ensejo ao auxílio-reclusão, apenas 8,38% deles protegeriam seus dependentes. Já levando em conta somente aqueles em regime fechado e semiaberto, o percentual alcançaria o patamar de 15,69.

Eis aí a demonstração da aplicação do princípio da seletividade através de números.

Em arremate, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, no mesmo Recurso Extraordinário que decidiu pela utilização da renda do segurado para a concessão do auxílio-reclusão, em repercussão geral não reconheceu a alegada inconstitucionalidade do art. 116 do Decreto nº 3.048/99. Nestes termos:

PREVIDENCIÁRIO. CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. ART. 201, IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LIMITAÇÃO DO UNIVERSO DOS CONTEMPLADOS PELO AUXÍLIO-RECLUSÃO. BENEFÍCIO RESTRITO AOS SEGURADOS PRESOS DE BAIXA RENDA. RESTRIÇÃO INTRODUZIDA PELA EC 20/1998. SELETIVIDADE FUNDADA NA RENDA DO SEGURADO PRESO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. I – Segundo decorre do art. 201, IV, da Constituição, a renda do segurado preso é que a deve ser utilizada como parâmetro para a concessão do benefício e não a de seus dependentes. II – Tal compreensão se extrai da redação dada ao referido dispositivo pela EC 20/1998, que restringiu o universo daqueles alcançados pelo auxílio-reclusão, a qual adotou o critério da seletividade para apurar a efetiva necessidade dos beneficiários. III – Diante disso, o art. 116 do Decreto 3.048/1999 não padece do vício da inconstitucionalidade. IV - Recurso extraordinário conhecido e provido (BRASIL, STF, Recurso Extraordinário nº 587.365/SC, Tribunal Pleno, rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 25.3.2009). (*loc cit*).

Castro e Lazzari (2012, p. 697), acerca da decisão do STF, afirmam que ela “deve ser interpretada no sentido de que o limite máximo do valor da remuneração do segurado para verificação do direito ao auxílio-reclusão gera presunção absoluta da baixa renda, mas não é um critério absoluto.” Para eles, o mesmo tratamento dado aqueles que pleiteiam benefício de prestação continuada deve ser ofertado aos dependentes do segurado. Sendo assim, nada obsta à concessão do benefício ao dependente que, a despeito da extrapolação do limite da baixa renda, comprove sua carência de recursos mínimos para sobrevivência.

Os autores justificam a concepção retomando o princípio da equidade, que está previsto no art. 6º, da Lei nº 9.099/95, e segundo o qual, permite ao julgador “fazer justiça no caso concreto sem sujeitar-se de forma absoluta ao texto expresso e muitas ‘frio’ da norma

legal que se aplicado igualmente para todas as situações gera graves injustiças sociais” (CASTRO; LAZZARI, 2012, p. 697).

Por oportuno, Rogério Gesta Leal (2000 *apud* DAROS, 2005, p. 84) ressalta a importância dos operadores do direito para efetivação dos direitos fundamentais:

[...] de nada adianta contarmos com um sistema jurídico detentor de instrumentos que possam viabilizar os Direitos Humanos e Fundamentais, se grande parcela dos operadores jurídicos no Brasil, onde sequer os direitos individuais e as liberdades públicas primárias são garantidas à cidadania, os direitos social ou coletivo são reduzidos a extremos absolutamente insignificantes.

Ainda, Canotilho (2000, p. 446) abordando o vínculo necessário entre o poder judiciário e os direitos fundamentais, afirma:

Os tribunais [...] não estão apenas 'ao serviço da defesa de direitos fundamentais'; eles próprios, como *órgãos do poder público*, devem considerar-se vinculados pelos direitos fundamentais. Esta **vinculação dos tribunais pelos direitos, liberdades e garantias** efectiva-se ou concretiza-se: (1) através do *processo* justo aplicado no exercício da função jurisdicional ou (2) através da *determinação e direcção das decisões jurisdicionais* pelos direitos fundamentais materiais. (grifos no original)

É justamente visando ao processo justo e o respeito ao direito fundamental ao mínimo existencial é que uma vez superado o limite da renda bruta mensal do segurado, à medida que se impõe é a análise das condições socioeconômicas em que se encontram os dependentes do recluso.

A Primeira Turma Recursal dos JEFs de Santa Catarina, nesse caminho, converteu em diligência o julgamento de processo a fim de oportunizar a realização de estudo socioeconômico dos postulantes ao benefício. De tal estudo faz parte a análise dos seguintes itens: “composição do grupo familiar, fontes de renda, gastos com alimentação, saúde, transporte, imóvel em que vivem, dentre outros” (Primeira Turma Recursal dos JEFs de Santa Catarina, Recurso Inominado nº 5003895-53.2011.404.7208, rel. João Batista Lazzari, j. 16.9.2011) (SANTA CATARINA, 2011).

Ao admitir que os dependentes não devam ser submetidos a sofrer graves dificuldades financeiras, avaliza-se a Previdência Social como instrumento econômico de paz e justiça Social e alcança-se a razão previdenciária, qual seja, a proteção de quem necessita quando da ocorrência do risco social.



## CONCLUSÃO

A Seguridade Social, definida em uma palavra, sem dúvida, remete à proteção. De fato, pois, desde sua gênese, denotou, através de suas ações, a ânsia dos indivíduos em se verem amparados diante de contingências.

A legislação brasileira, por seu turno, organizou um conjunto integrado de ações protetivas. Assim, ao desprovido de condições próprias de subsistência há a proteção ofertada pelas políticas da Assistência Social. Àquele cujo organismo falhar está protegido por meio da atuação do Estado em promover a Saúde. E para quem tiver obstaculizada a maneira como se mantém financeiramente, existe o abrigo da Previdência Social.

Se a proteção define a Seguridade Social, é a solidariedade que a fundamenta. Sim, porque, à medida que toda a sociedade colabora, a fim de se defender contra os riscos sociais e, desse modo, distribuir os efeitos econômicos das contingências, eis aí a solidariedade social.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem dispõe que a proteção previdenciária é um direito fundamental. Como pilar da Seguridade Social, a Previdência Social também decorre da ideia de dividir o encargo produzido por determinados eventos.

A Previdência Social surge como substituta dos meios de subsistência do indivíduo quando acometidos pela: velhice, invalidez, maternidade, acidentes, morte, entre outras contingências.

Porém, tal qual um seguro particular, para ser segurado da Previdência, em regra, exige-se contraprestação por parte do indivíduo. Diferente do que ocorre na Assistência Social, na qual vige o princípio da Universalidade do atendimento, na Previdência a proteção decorre do fato de o trabalhador contribuir visando ter meios para manter-se, enquanto, por algum motivo, houverem sido afetadas suas condições laborativas.

No Regime Geral da Previdência Social, a referida proteção se verifica nos benefícios previstos na Lei nº 8.213/91. Os beneficiários destas prestações podem ser os segurados ou os dependentes dele. Os segurados, por sua vez, são classificados em obrigatórios e facultativos. Os segurados obrigatórios são compulsoriamente vinculados à Previdência Social e são divididos em cinco categorias: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial, cada qual com suas especificidades. Já os segurados facultativos tem sua filiação voluntária.

Os dependentes possuem tal qualidade em razão de serem economicamente subordinados ao segurado. A dependência econômica pode ser parcial ou total e pode ser presumida ou requerer comprovação. Gozam de presunção: o cônjuge, companheira (o), filho menor de 21 anos ou inválido ou portador de deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente. Necessária comprovação da dependência dos pais do segurado ou do irmão não emancipado, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.

Os segurados podem fruir os seguintes benefícios: auxílio-doença; auxílio-acidente; aposentadoria especial, por invalidez, por idade ou por tempo de contribuição; salário-família e salário-maternidade. Aos dependentes do segurado restam apenas duas prestações: a pensão por morte e o auxílio-reclusão.

O auxílio-reclusão protege os dependentes do preso. Todavia, não é todo o preso que pode permitir o amparo de seus dependentes, haja vista que ele deve possuir qualidade de segurado. Do mesmo modo que, não é qualquer modalidade de prisão que enseja o benefício, já que o indivíduo recolhido deve estar em regime fechado ou semi-aberto.

Ainda, em respeito ao princípio da seletividade, apenas os dependentes do segurado de baixa renda gozarão da prestação enquanto ele, por estar recolhido, não garantir a subsistência de seus familiares.

A adoção de mais um requisito para concessão do auxílio-reclusão, qual seja, a baixa renda do segurado, suscitou inúmeras discussões. O STF consolidou seu entendimento no sentido de que a utilização de tal critério é constitucional. Porém, verifica-se que nada obsta à concessão do benefício ao dependente que, a despeito da extrapolação do limite da baixa renda, comprove sua carência de recursos mínimos para sobrevivência.

O auxílio-reclusão é absolutamente necessário, porque, apesar de condenável a atitude do segurado que comete conduta delitiva, é de se ressaltar que o benefício não representa espécie de indenização ou prêmio ao preso. Defende-se, aqui, a garantia de um mínimo existencial aos seus dependentes, os quais, mesmo desprovidos de culpa, acabariam por perecer se ausente a Seguridade Social.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. *O auxílio-reclusão como um direito humano e fundamental dos dependentes dos segurado recolhido à prisão*. Revista da Previdência Social, São Paulo, Ano XXXI, n. 341, p.265-271, abr. de 2009.

ALVES, Hélio Gustavo. *Auxílio-reclusão: direito dos presos e de seus familiares*. São Paulo: LTr, 2007.

BALERA, Wagner. *Curso de direito previdenciário*. 4. ed. São Paulo: LTr, 1998.

BRASIL. Advocacia Geral da União. *Súmula nº 25, de 9 de junho de 2008b*. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/sistemas/site/PaginasInternas/NormasInternas/AtoDetalhado.aspx?idAto=28325>>. Acesso em 13 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 05 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição (1998). *Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998*. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm)>. Acesso em 27 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em 03 set. 2012.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999*. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm)>. Acesso em 05 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Diário do Congresso Nacional. *Proposta de Emenda à Constituição nº 21*. Exposição de motivos. Brasília, DF, março de 1995. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD28MAR1995.pdf#page=37>>. Acesso em 1º nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional do Seguro Social. Instrução Normativa nº 20, de 10 de outubro de 2007d. *Disciplina procedimentos a serem adotados pela área de Benefícios*. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/38/inss-pres/2007/20.HTM>>. Acesso em 1º de out. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional do Seguro Social. Instrução Normativa nº 118, de 14 de abril de 2005. *Estabelece critérios a serem adotados pela área de Benefício*. Disponível em: <[http://www.faecet.rj.gov.br/divrh/images/docs/in118\\_05.pdf](http://www.faecet.rj.gov.br/divrh/images/docs/in118_05.pdf)>. Acesso em 1º de out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960*. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3807.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm)>. Acesso em 05 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972*. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5859.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5859.htm)>. Acesso em 04 set. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974*. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6125.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6125.htm)>. Acesso em 11 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 6.439, 1º de setembro de 1977*. Institui o sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6439.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6439.htm)>. Acesso em 12 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em 1º nov. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em 15 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991a*. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm)>. Acesso em 08 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991b*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em 27 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm)>. Acesso em 15 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003a*. Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.666.htm)>. Acesso em 10 set. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007c*. Dispõe sobre a Administração Tributária Federal (...). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11457.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11457.htm)>. Acesso em 09 de ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008c*. Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de

2007; e altera as Leis n<sup>os</sup> 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111718.htm)> Acesso em 10 set. 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011c*. Altera os arts. 21 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social (...). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112470.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112470.htm)>. Acesso em 20 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Infopen. *Relatórios estatísticos-analíticos do sistema prisional*. Publicação em 2012a. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em 29 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. *Anuário Estatístico da Previdência Social de 2011*. Publicação em 2012b. Disponível em: <[http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/1\\_121023-162858-947.pdf](http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/1_121023-162858-947.pdf)>. Acesso em 30 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. *Conselho Nacional de Previdência Social*, 2012c. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=43>>. Acesso em 6 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. *Auxílio-reclusão*, 2012d. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=22>>. Acesso em 9 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Conselho Nacional de Saúde*, 2012e. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/apresentacao.htm>>. Acesso em 6 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério de Estado da Previdência e Assistência Social e da Saúde. *Portaria Interministerial n. 2.998, de 23 de agosto de 2001*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/l/4mfh/portaria-interministerial-ministro-de-estado-da-previdencia-e-assistencia-social-e-da-saude-msmpas-n-2998-de-23082001>>. Acesso em 10 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério Nacional de Assistência Social. *Conselho Nacional de Assistência Social*, 2012f. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/sobre-o-cnas/quem-somos-e-como-funcionamos/>>. Acesso em 6 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimento em Recurso Especial nº 1055886*. Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, DF, 9.11.2009d. Disponível <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&livre=%28%22limita%E7%F5es+impostas+pela+avan%E7ada+idade%22%29+E+%28%22NAPOLE%C3O+NUNES+MAIA+FILHO%22%29.min.&b=ACOR](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=%28%22limita%E7%F5es+impostas+pela+avan%E7ada+idade%22%29+E+%28%22NAPOLE%C3O+NUNES+MAIA+FILHO%22%29.min.&b=ACOR)>. Acesso em 21 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. *Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 612.101*. Rel. Min. Paulo Medina. Brasília, DF, 12.3.2007b. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/jsp/revista/abreDocumento.jsp?componente=ATC&sequenci>>

al=2899536&num\_registro=200501521428&data=20070312&tipo=5&formato=PDF>.  
Acesso em 13 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. *I Jornada de Direito Civil, 2002*. Disponível em:  
<<http://www.stj.jus.br/publicacao/seriada/index.php/jornada/article/viewFile/2604/2683>>.  
Acesso em 30 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 639337*. Rel. Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 23.8.2011b. Disponível em:  
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627428>>.  
Acesso em 12 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 397.762/BA*. Rel. Min. Marco Aurélio. Brasília, DF, 03.6.2008a. Disponível em:  
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=547259>>.  
Acesso em 12. Nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 466.343-1/SP*. Rel. Min. Cezar Peluso. Brasília, DF, 3.12.2008d. Disponível em:  
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>>. Acesso em 12 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 587.365/SC*. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, DF, 25.3.2009a. Disponível em:  
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=591563>>. Acesso em 9 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Federal de Recursos. *Súmula 170, de 28 de novembro de 1984*. Não se extingue a pensão previdenciária, se do novo casamento não resulta melhoria na situação econômico-financeira da viúva, de modo a tornar dispensável o benefício. Disponível em:  
<[http://www.dji.com.br/normas\\_inferiores/sumula\\_tfr/tfr\\_\\_170.htm](http://www.dji.com.br/normas_inferiores/sumula_tfr/tfr__170.htm)>. Acesso em 20 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 3ª Região. *Apelação Cível nº 00407130819994039999*. Rel. Leide Polo, São Paulo, SP, 31.05.2010c. Disponível em:  
<<http://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/BuscarDocumentoGedpro/598755>>. Acesso em 10 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 3ª Região. *Apelação Cível nº 00107211620104039999*. Rel. Walter do Amaral. São Paulo, SP, 18.9.2012i. Disponível em:  
<<http://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/BuscarDocumentoGedpro/2413747>>. Acesso em 12 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Apelação Cível nº 2004.71.00.0184753*. Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Porto Alegre, RS, 25.10.2006b. Disponível em:  
<[http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&numeroProcesso=200471000184753&dataPublicacao=16/11/2006](http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numeroProcesso=200471000184753&dataPublicacao=16/11/2006)>. Acesso em 9 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Apelação Cível nº 200372050064972*. Rel. Vivian Josete Pantaleão Caminha. Porto Alegre, RS, 11.1.2007a. Disponível em:

<[http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&numeroProcesso=200372050064972&dataDisponibilizacao=24/04/2007](http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numeroProcesso=200372050064972&dataDisponibilizacao=24/04/2007)>. Acesso em 10 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Apelação Cível nº 2008.70.03.001583-3*. Rel. Vilson Darós. Porto Alegre, RS, 30.06.2009b. Disponível em: <[http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&documento=2890521](http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=2890521)>. Acesso em 12 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Apelação Cível nº 2009.72.99.001118-3*. Rel. Fernando Quadros da Silva. Porto Alegre, RS, 22.02.2010a. Disponível em: <[http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar\\_documento\\_gedpro.php?local=trf4&documento=3226060&hash=c65e000389622e01faead4ae3c75fef](http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=trf4&documento=3226060&hash=c65e000389622e01faead4ae3c75fef)>. Acesso em 14 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Apelação Cível nº 2009.71.99.006515-3*. Rel. Luís Alberto D'azevedo Aurvalle. Porto Alegre, RS, 15.3.2010b. Disponível em: <[http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&documento=3280447](http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=3280447)>. Acesso em 11 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Agravo de Instrumento nº 0002094-49.2012.404.0000*. Rel. Celso Kipper. Porto Alegre, RS, 28.5.2012h. Disponível em: <[http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&documento=4969493](http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=4969493)>. Acesso em 15 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Apelação Cível nº 0004098-06.2010.404.9999*. Rel. Vivian Josete Pantaleão Caminha. Porto Alegre, RS, 27.9.2012j. Disponível em: <[http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&documento=5280788](http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=5280788)>. Acesso em 15 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Apelação Cível nº 0019655-96.2011.404.9999*. Rel. Vivian Josete Pantaleão Caminha. Porto Alegre, RS, 27.9.2012k. Disponível em: <[http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&documento=5285096](http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=5285096)>. Acesso em 16 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Apelação Cível nº 0007018-79.2012.404.9999*. Rel. Vivian Josete Pantaleão Caminha. Porto Alegre, RS, 11.10.2012l. Disponível em: <[http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro\\_teor.php?orgao=1&documento=5305636](http://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=5305636)>. Acesso em 20 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 4ª Região. *Súmula nº 74, de 2 de fevereiro de 2006a*. Processo nº 06.00.01730-3. Extingue-se o direito à pensão previdenciária por morte do dependente que atinge 21 anos, ainda que estudante de curso superior. Rel. Maria Lúcia Luz Leiria. Disponível em: <[http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=sumulas\\_trf4](http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=sumulas_trf4)>. Acesso em 20 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional Federal 5ª Região. *Apelação Cível e Reexame Necessário nº 00041763520104058103*. Rel. Luiz Alberto Gurgel de Faria. Recife, PE, 17.05.2012g. Disponível em: <[http://www.trf5.jus.br/archive/2012/05/00041763520104058103\\_20120524\\_4484494.pdf](http://www.trf5.jus.br/archive/2012/05/00041763520104058103_20120524_4484494.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais. *Incidente de Uniformização nº 200736009050804*. Rel. Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello. Brasília, DF, 24.5.2011a. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20073971/incidente-de-uniformizacao-de-jurisprudencia-iuj-200736009050804-mt-tnu/inteiro-teor>>. Acesso em 19 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais. *Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal nº 200870610001025*. Rel. Otávio Henrique Martins Port. Brasília, DF, 19.10.2009c. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8933393/pedido-de-uniformizacao-de-interpretacao-de-lei-federal-pedilef-200870610001025-pr-tnu>>. Acesso em 19 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. *Súmula 9, de 13 de outubro de 2003b*. O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado. <<http://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=9&PHPSESSID=ebaqdpjls53sk3bdodv65k7k22>>. Acesso em 14 out. 2012.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CARDOSO, Oscar Valente. Auxílio-reclusão e renda: segurado ou dependentes? *RPS nº 342*. São Paulo, Ano XXXIII, 2009, p.358-367.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. 14. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

DAROS, Ana Caroline Busato. *O princípio da Proibição do Retrocesso – no âmbito do Direito Fundamental À Previdência Social delineado na Constituição Federal de 1988*. Curitiba, 2005. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_arquivos/1/TDE-2006-01-12T063125Z-270/Publico/Ana%20Carine%20Direito.pdf](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-01-12T063125Z-270/Publico/Ana%20Carine%20Direito.pdf)>. Acesso em 23 nov. 2012.

DESIDERI, Francisco Carlos; FERREIRA, Ruy Barbosa Marinho. *Manual de Prática Previdenciária*. 2.ed. Leme: Anhanguera, 2009.

DIAS, Eduardo Rocha; MACÊDO, José Leandro Monteiro. *Curso de direito previdenciário*. São Paulo: Método, 2008.

GENEBRA. Organização Internacional do Trabalho. *Convenção nº 102, de 1952*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/468>>. Acesso em 06 ago. 2012.

GONÇALES, Odonel Urbano. *Manual de direito previdenciário*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

\_\_\_\_\_. *Manual de direito previdenciário*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. *Direito Previdenciário*. 8. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.



IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de Direito Previdenciário*. 17. ed. rev. e atual. Niterói: Impetus, 2012.

JESUS, Damásio. *Direito Penal: Parte Geral*. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Curso de direito previdenciário*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2003

\_\_\_\_\_. *Curso de direito previdenciário*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011.

\_\_\_\_\_. *Princípios de direito previdenciário*. 3. ed. São Paulo: LTr, 1995.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 28. ed. São Paulo, Malheiros, 2011.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUSSOMANO, Mozart Vitor. *Curso de previdência social*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SÁ, Geraldo Ribeiro. *A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

SANTA CATARINA. Primeira Turma Recursal dos JEFs de Santa Catarina, *Recurso Inominado nº 5003895-53.2011.404.7208*. Rel. João Batista Lazzari. Florianópolis, SC, 16.9.2011. Disponível em:  
<[http://www.diariosoficiais.com/recorte/d41s2/20110901/2949920/del/tribunal-regional-federal-4-regiaojudicial/%2250038955320114047208%22?navegacao=true&pag\\_atual=0](http://www.diariosoficiais.com/recorte/d41s2/20110901/2949920/del/tribunal-regional-federal-4-regiaojudicial/%2250038955320114047208%22?navegacao=true&pag_atual=0)>. Acesso em 10 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. *Reexame Necessário nº 2009.054527-1*. Rel. Des. Luiz César Medeiros. Florianópolis, SC, 29.10.2009. Disponível em  
<<http://app6.tjsc.jus.br/cposg/servlet/ServletArquivo?cdProcesso=01000EWCW0000&nuSeqProcessoMv=null&tipoDocumento=D&cdAcordaoDoc=null&nuDocumento=1973542&pdf=true>>. Acesso em 23 de out. 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos Fundamentais Sociais e proibição de retrocesso: algumas notas sobre o desafio da sobrevivência dos direitos sociais num contexto de crise. *Ajuris*. Porto Alegre, v. 95, 2004, p. 103-136.

TANAKA, Eduardo. *Direito Previdenciário*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TAVARES, Marcelo Leonardo. *Direito Previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social*. 14. ed. Niterói: Impetus, 2012.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. *Curso de Direito Previdenciário*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2007.

VIEIRA, Marco André Ramos. *Manual de Direito Previdenciário*. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006

